



Sara Margarida Henriques Albuquerque Gomes Silva

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs portuguesas

Coimbra, novembro de 2022



Sara Margarida Henriques Albuquerque Gomes Silva

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs portuguesas

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizada sob a orientação da Professora Maria de Fátima Travassos Conde.

Coimbra, novembro de 2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs portuguesas

“One day, in retrospect, the years of struggle will strike you as the most beautiful.” –

Sigmund Freud

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho representa uma longa viagem de esforço e empenho, mas apesar deste processo ser isolado e pessoal, sem o apoio de todos os que me rodearam no último ano não teria sido possível.

À minha orientadora, Professora Doutora Fátima Conde, pelo impulsionar da ideia inicial, pelo tempo e dedicação pautados por um elevado e rigoroso empenho, pelo apoio a nível científico e por cada passo em todas as etapas deste percurso.

À minha família pelo incentivo, apoio, carinho e paciência de sempre.

Ao meu namorado, pelo companheirismo e encorajamento ao longo do tempo.

A todos os meus amigos e colegas que compartilharam conhecimentos e conselhos preciosos.

Por fim, o meu profundo e sentido agradecimento a todas as empresas pela sua colaboração nas respostas ao questionário, contribuindo para uma análise detalhada do tema desenvolvido.

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, sentiu-se um rápido crescimento no relato de informação não financeira, assim como uma melhoria acentuada na qualidade dos relatórios divulgados, sendo que são várias as diretrizes e organizações que têm sido fundamentais neste processo.

A incorporação deste tema na vida das empresas apareceu vincadamente em meados do século XX. À medida que se divulgam informações objetivas acerca da estratégia, governo das sociedades e perspetivas das organizações, o tema do relato de informação não financeira cresce cada vez mais.

Neste sentido, as empresas investem cada vez mais tempo e recursos financeiros no maior desafio dos últimos tempos, a materialidade na informação não financeira. A definição de materialidade tem evoluído exponencialmente nas últimas décadas, na medida em que as empresas despertaram para a tomada de decisões naquilo que consideram materialmente relevante.

Com o intuito de conhecer a realidade vivida nas PME's portuguesas, procedeu-se a um estudo através de questionário, pretendendo verificar-se o conteúdo da divulgação de informação não financeira nestas empresas.

Neste contexto, nota-se nas PME's, algum esforço e dedicação na realização de diferentes práticas ambientais, apesar das várias limitações de acesso a recursos financeiros, recursos humanos, nas suas relações com terceiros e o fraco conhecimento do tema.

Palavras-chave: Materialidade; informação não financeira; Responsabilidade Social; PME's; relato.

ABSTRACT

Over the past few decades, a rapid growth in the reporting of non-financial information has been felt, as well as a marked improvement in the quality of the reports disclosed, and several guidelines and organizations have been instrumental in this process.

The incorporation of this topic in the life of companies appeared sharply in the middle of the 20th century. As objective information about the strategy, corporate governance, and prospects of organizations is disclosed, the topic of reporting non-financial information is growing.

As a result, companies are increasingly investing time and financial resources in the biggest challenge of recent times, materiality in non-financial reporting. The definition of materiality has evolved exponentially in the last decades, as companies have awakened to make decisions on what they consider materially relevant.

With the purpose of knowing the reality experienced in Portuguese SMEs, a study was carried out through a questionnaire, intending to verify the content of the disclosure of non-financial information in these companies.

In this context, one notices in the SMEs, some effort and dedication in carrying out different environmental practices, despite the various limitations of access to financial resources, human resources, in their relations with third parties and the poor knowledge of the subject.

Keywords: Materiality; non-financial information; Social Responsibility; SMEs; reporting.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	3
1.1 Evolução do conceito de Responsabilidade Social Empresarial.....	3
1.2 Conceito de Responsabilidade Social Empresarial.....	7
1.3 Dimensões da RSE.....	9
1.3.1 Dimensão interna.....	9
1.3.2 Dimensão Externa.....	11
1.4 Principais teorias e abordagens à Responsabilidade Social Empresarial	12
1.4.1 Teoria dos <i>Stakeholders</i>	12
1.4.2 Teoria da Legitimidade.....	14
1.4.3 Modelo de Garriga e Melé.....	14
1.5 A importância das PME's na Responsabilidade Social	15
2 MATERIALIDADE NA INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA	18
2.1 Contextualização.....	18
2.2 Organizações de referência no relato.....	26
2.2.1 <i>Global Compact</i> da Organização das Nações Unidas	27
2.2.2 <i>International Organization of Standardization</i>	30
2.2.3 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	31
2.2.4 <i>Global Reporting Initiative</i>	32

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs portuguesas

2.2.5	<i>International Integrated Reporting Council</i>	33
2.3	Relatórios de informação não financeira	34
2.3.1	Relatórios de Sustentabilidade	36
2.3.2	Relatórios Integrados.....	38
2.4	Diretiva 2014/95/UE de 22 de outubro de 2014	41
3	A MATERIALIDADE NAS MAIORES PMES PORTUGUESAS	45
3.1	Metodologia	45
3.2	Caracterização da amostra	47
3.3	Resultados Obtidos	50
3.4	Discussão de resultados	53
	CONCLUSÃO.....	56
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
	ANEXOS.....	65
	ANEXO 1	66
	ANEXO 2	70

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Conteúdos relacionados com o conceito de RSE	8
Tabela 2 - Dimensão interna da RSE	10
Tabela 3 - Dimensão externa da RSE	11
Tabela 4 - Limiares financeiros das categorias das empresas	16
Tabela 5 - Evolução do conceito de materialidade	20
Tabela 6 - Tipos de relatórios de informação	35
Tabela 7 - Princípios para o conteúdo do relatório	37
Tabela 8 - Benefícios dos RI para as organizações	39
Tabela 9 - Temas incluídos na demonstração não financeira	42
Tabela 10 - Autores utilizados na formulação da questão dos temas materialmente relevantes	46

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - A pirâmide da RSE	5
Figura 2 - Modelo dos stakeholders	13
Figura 3 - Teorias do Modelo de Garriga e Melé	15
Figura 4 - PME por setor de atividade económica em Portugal	17
Figura 5 - Processo de materialidade	22
Figura 6 - Representação visual da priorização dos tópicos	23
Figura 7 - Processo de definição de padrões	24

Figura 8 - Matriz de Materialidade.....	25
Figura 9 - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio	28
Figura 10 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2030.....	29
Figura 11 - Organização temática dos ODS	29
Figura 12 - Objetivos da ISSO até 2030.....	31
Figura 13 - Estrutura organizacional da OCDE.....	32
Figura 14 - História da GRI.....	33
Figura 15 - Evolução dos relatos nas organizações.....	34
Figura 16 - Relação entre o RI e o pensamento integrado.....	40
Figura 17 - Distribuição das empresas da amostra por regiões	47
Figura 18 - Distribuição das empresas da amostra por setor	48
Figura 19 - Dimensão das empresas da amostra por número de trabalhadores.....	49
Figura 20 - Dimensão das empresas da amostra por volume de negócios	49
Figura 21 - Quais os relatórios que a empresa publica?	50
Figura 22 - Relativamente aos relatórios, estes seguem que tipo de modelo?	51
Figura 23 - Classifique quais os temas materialmente relevantes para a empresa.	51
Figura 24 - Classifique as principais vantagens na divulgação da informação não financeira.	52
Figura 25 - Dos seguintes elementos, quais os que constam dos relatórios da sua empresa?	53

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

A4S	<i>Accounting for Sustainability</i>
CSR	<i>Corporate Social Responsibility</i>
EIP	Entidades de Interesse Público
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
GC	<i>Global Compact</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECD	<i>Organization for Economic Co-Operation and Development</i>
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
UE	União Europeia
RI	Relatório Integrado
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SASB	<i>Sustainability Accounting Standards Board</i>
VRF	<i>Value Reporting Foundation</i>

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento tecnológico e a competitividade no mundo empresarial, a sociedade tem vindo a tornar-se mais atenta, consciente e cada vez mais exige às empresas uma atuação responsável e transparente.

Apesar da divulgação da informação não financeira se destacar como uma prática bastante recente em Portugal, tornou-se num tema com interesse crescente, tanto no meio académico, como no meio empresarial.

De facto, passou a existir uma grande necessidade de consciencialização por parte das empresas para matérias de desenvolvimento sustentável e o entendimento de que estes temas, influenciam o crescimento económico, social e ambiental.

Emerge assim, a tendência de juntar a cultura empresarial com a social, aumentando o relato da informação não financeira, com o intuito de responder às diferentes necessidades na tomada de decisão dos *stakeholders*.

Como tal, espera-se que as empresas adotem comportamentos responsáveis e sustentáveis, sendo que um dos aspetos que pode diferenciar as entidades perante os investidores envolve a divulgação de relatórios de sustentabilidade e relatórios integrados.

Através destes relatórios de informação não financeira as empresas divulgam informações nas áreas ambientais, sociais e de governo (Silva, 2022).

No caso das Pequenas e Médias Empresas, estas desenvolvem práticas socialmente responsáveis através de ações menos explícitas, traduzidas por medidas simples e concretas, seguindo os códigos sociais e de ética (Faria, 2015).

Na realidade, estas empresas seguem um sistema informal por não disporem de tempo, dinheiro, recursos ou pessoal especializado para a realização de relatórios de responsabilidade social. Paralelamente a isto, as PME's não se encontram obrigadas por lei às exigências do exercício de uma gestão socialmente responsável (Santos, Santos, Pereira, e Silva, 2006).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Desta forma, revelando-se a informação não financeira um tema de destaque, o principal objetivo desta dissertação caracteriza-se por explorar a materialidade da informação não financeira e estudar em que medida este tema se dinamiza nas PME's portuguesas.

Esta dissertação estrutura-se em 3 capítulos. Sendo o primeiro capítulo referente à Responsabilidade Social Empresarial e apresenta o enquadramento teórico, incluindo a dimensão interna e externa, as principais teorias e abordagens deste tema e a importância das PME's na Responsabilidade Social.

O segundo capítulo centraliza-se na materialidade na informação não financeira e compreende uma contextualização do tema, as organizações do relato não financeiro, os relatórios de informação não financeira e a Diretiva 2014/95/UE de 24 de outubro de 2014.

De forma a obter informação mais focalizada, o terceiro capítulo destaca-se pela materialidade nas maiores PME's portuguesas, incorporando a recolha de informação de um conjunto de empresas, destacando a metodologia, a seleção da amostra, os resultados e a discussão destes, de forma a compreender as práticas não financeiras das PME's.

1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

As alterações a que temos vindo a assistir no mundo, trouxeram o grande desafio para as organizações de acompanhar as transformações do ambiente através de práticas de Responsabilidade Social.

1.1 Evolução do conceito de Responsabilidade Social Empresarial

A noção de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), tradução para português do conceito de *Corporate Social Responsibility* (CSR), pode definir-se como o propósito voluntário de uma organização de melhorar as condições sociais e ambientais, tornando-se numa matéria em contínuo desenvolvimento, que nasce nos anos 60, depois da Segunda Guerra Mundial. Este tema marca uma consciência social presente nas organizações, impulsionado pelas diferentes partes interessadas que procuram cada vez mais informação rigorosa em questões do âmbito social, económico e político.

A RSE progrediu ao longo dos anos através de várias transformações, mas foi particularmente no século XX que começou a ter mais destaque (Carroll, 1999). Anteriormente, a RSE era representada como uma incorporação voluntária de reflexões sociais e ambientais nos exercícios das organizações e nas relações com os *stakeholders*. As empresas sustinham o pensamento de que a sua única obrigação económica e legal resultava no objetivo de atingir o lucro tal como consta do estudo de Carroll (1979), um dos autores mais citados nesta temática.

Com o decorrer do tempo, as organizações constatarem que, cada vez mais, as expectativas das partes interessadas ascendiam num maior interesse nas suas políticas, decisões e operações (Carroll, 2015).

O ano de 1919, ficou marcado pela controvérsia relacionada com o acionista maioritário da empresa Ford, Henry Ford, que introduziu na discussão empresarial a ideia de responsabilidade social, mas com um efeito contrário do desejável, uma vez que, envolveu a perspetiva de que as empresas apenas existiam para a maximização do lucro dos acionistas (Faria, 2015).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

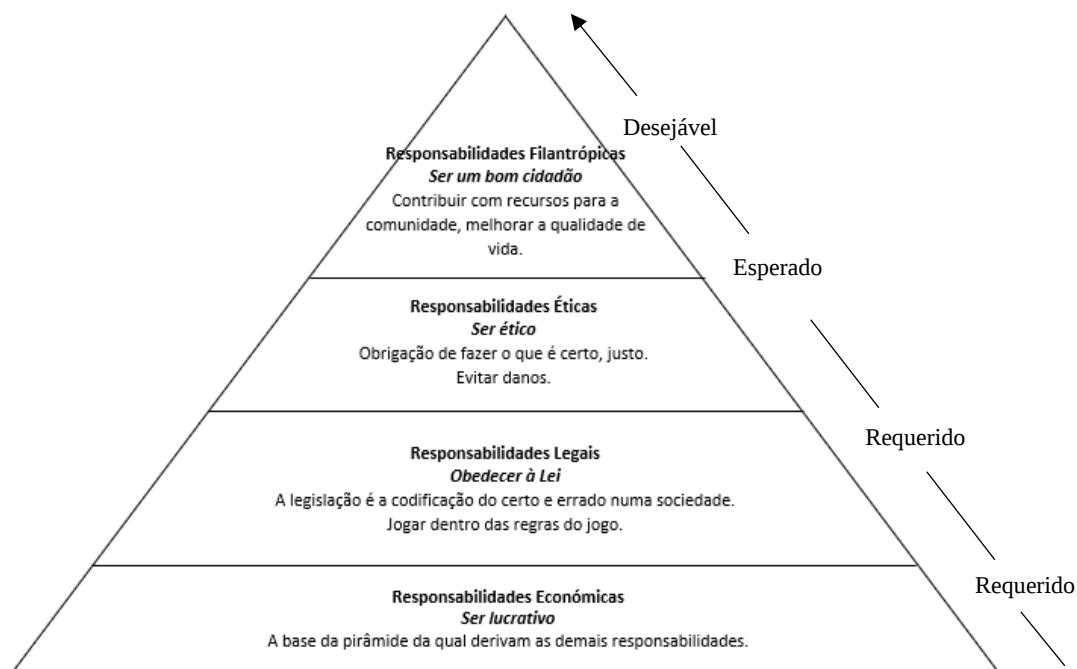
A responsabilidade social, nos anos 50, foi especialmente impulsionada pela publicação do livro “*Social Responsibilities of the Businessman*”, em 1953, de Howard Bowen, considerado o pai da RSE, que destacava o impacto dos comportamentos das organizações na vida dos indivíduos complementando com a imposição dos empresários seguirem políticas sociais convenientes para a sociedade (Carroll, 2015).

Já nos anos 60, com o crescimento do pensamento social, aparece “*Civil Rights Act*” de 1964, oficializando a legislação da Responsabilidade Social para as organizações (Carroll, 2015). Nesta altura, Davis Keith contribuiu escrevendo sobre o tema da Responsabilidade Social e defendendo que os propósitos das empresas socialmente responsáveis têm potencial para se transformarem em rendimentos (Carroll, 1999).

Os anos 70 marcam uma era no que toca à transformação social das empresas, uma vez que desencadearam a validação de resultados às questões sociais e públicas. Vários foram os autores que naquela época promoveram a dinâmica da RSE. Assim, surgiram 4 classes de responsabilidades, as económicas, as legais, as éticas e as filantrópicas ou discricionárias, (Figura 1), referentes à responsabilidade social da empresa. Relativamente às *responsabilidades económicas*, estas são consideradas as responsabilidades sociais mais importantes nas empresas, uma vez que todas as outras atividades empresariais são apoiadas nestas responsabilidades. Em relação às *responsabilidades legais*, estas representam as leis e os regulamentos que orientam o negócio das empresas, ou seja, perspetiva-se que as empresas executem as suas obrigações económicas regulando-se pelas condições legais. Já as *responsabilidades éticas*, referem-se aos comportamentos e atividades praticados pela sociedade, que não estão definidos na lei, mas que são expectáveis nos negócios. As *responsabilidades filantrópicas ou discricionárias* abrangem escolhas e decisões individuais e voluntárias reguladas pelo interesse de uma empresa intervir nos comportamentos sociais. Importa referir ainda que, embora existam quatro diferentes responsabilidades sociais, estas estão simultaneamente ligadas entre si (Carroll, 1979).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Figura 1 - A pirâmide da RSE



Fonte: Adaptado de Carroll (1991, p. 14)

Em 1980, com a eleição do presidente Ronald Reagan, verificou-se que as organizações começaram a direcionar-se mais para a Responsabilidade Social (Carroll, 2015). Ainda nesta década, Drucker (1984), apoiou o pensamento de que seria importante para os negócios a transformação das responsabilidades sociais em possibilidades de negócio.

Desde 1990 que se evidenciaram avançadas orientações no tema da RSE, como é o caso da globalização, da institucionalização e da reconciliação estratégica. No que diz respeito à globalização, os desafios das empresas acentuaram-se, dado que, a responsabilidade social começou a percorrer fronteiras, tudo isto, desenvolvido pelas mudanças das novas tecnologias. O método de institucionalização transformou-se numa mudança de várias décadas. Os mecanismos da RSE, tornaram-se diversificados, padronizados e cada vez mais adaptados nas empresas. A tendência da reconciliação estratégica remonta a uma ideia motivada desde o princípio da RSE e envolve a consciência de entender se as empresas socialmente responsáveis podiam, simultaneamente, ser empresas lucrativas (Carroll, 2015).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Com a chegada do século XXI, a matéria de gestão das empresas, conquistou uma maior relevância, devido aos escândalos éticos e empresariais que emergiram no ano 2000 (Carroll, 2015).

Em 2000, apareceram também as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que englobam recomendações através de princípios voluntários e padrões com o intuito de incentivar as práticas empresariais responsáveis e conscientes operando as leis aprovadas. Ainda neste ano, destaca-se a apresentação do *Global Compact* (GC), descrito como uma iniciativa regada por dez princípios fundamentais, sobre os domínios dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção e tinha como principal objetivo impulsionar o compromisso público e voluntário das empresas.

No ano seguinte, evidenciou-se o Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias, com o título: promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das Empresas (Europeias, 2001), que destaca que “a maioria das definições descreve a responsabilidade social das empresas como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na interação com outras partes interessadas” (Europeias, 2001).

Com o passar dos anos começou o progressivo desaparecimento da ideia meramente financeira, sendo que foram vários os avanços no sentido prático da responsabilidade social. Há sensivelmente 20 anos que o tema da responsabilidade social, obteve maior destaque perante as “populações mundiais devido aos desastres ambientais, práticas laborais abusivas, escândalos financeiros e políticos, que provocam desconfianças quer nos consumidores quer nas empresas e que vêm exigir um maior respeito pelo planeta e pelo homem” segundo Faria (2015).

Em Portugal, a tema da RSE, atinge um maior destaque, na década de 90, tal como no resto do mundo, tanto a nível das empresas como a nível da comunidade (Faria, 2015).

1.2 Conceito de Responsabilidade Social Empresarial

Depois de todas as mudanças sentidas no mundo empresarial e no meio envolvente, a prática da RSE tem vindo a desempenhar um interesse crescente nas empresas. Apesar da ideia de RSE, permanecer implantada há centenas de anos na sociedade, continua a ser difícil defini-la. Vários autores, adotam diferentes definições para este tema, não existindo, portanto, uma definição universal, mas, praticamente todos incidem na perspetiva de “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (Europeias, 2001).

Mas, a Comissão Europeia vem consolidar que para se “ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais, implica ir mais além através de um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais” (Europeias, 2001).

Crane, McWilliams, Matten, Moon e Siegel (2008), argumentam que a inexistência de um modelo ou uma referência da análise da RSE, significa que este tema se encontra em evolução contínua (como citado em Pantani, 2010). Neste sentido, avançou-se com um estudo de pesquisa que comprovou encontrar pelo menos 37 definições de RSE, elegendo cinco aspetos associados ao tema: meio ambiente, social, económico, partes interessadas e voluntariedade, sendo que o autor conclui que o problema não é a definição de RSE, mas como esta é socialmente construída num dado contexto económico e cultural (Dahlsrud, 2008).

Este tema tornou-se progressivamente num esforço coletivo para aperfeiçoar a sociedade através de conhecimentos empresariais, sociais e ambientais, com o objetivo de reduzir significativamente as lacunas nos sistemas organizacionais das empresas (Porter, 2008).

De uma maneira geral, a evolução económica deve provocar avanços na sociedade e simultaneamente a RSE deve evidenciar-se em todos os domínios da gestão empresarial. Neste sentido, tudo isto implica uma abordagem governativa baseada na sustentabilidade e na gestão de empresas nas áreas económica, social e ambiental (Izquierdo e Vicedo, 2009).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Pantani (2010), corrobora que o poder se relaciona com o centro do debate da RSE, já que as organizações são entidades sociais, que devem aproveitar o seu poder de modo consciente. Pode-se, então, considerar que a Responsabilidade de uma organização envolve explorar e reconhecer as exigências sociais com a intenção de corresponder às expectativas sociais, de forma a atingir, de um modo geral, notoriedade e reconhecimento.

Segundo Pereira (2016), um novo olhar, a respeito do tema da Responsabilidade Social por parte dos consumidores, pode significar uma sociedade mais equitativa e com mais planos de sustentabilidade.

Na tabela seguinte (tabela 1) apresentam-se algumas abordagens de conteúdos relacionados com o conceito de RSE.

Tabela 1 - Conteúdos relacionados com o conceito de RSE

Conteúdos relacionados com o conceito de RSE	Contributo
Ética	A ética retrata um conceito que implica reconhecimento, logo, considera-se um importante princípio de continuidade das empresas. A ética envolve uma maior segurança e firmeza nas práticas empresariais.
Filantropia	A filantropia envolve as doações de bens, em dinheiro, que as empresas concedem a organizações sem fins lucrativos, a museus, a fundações, a instituições de caridade social, a associações culturais, entre outras. Este conteúdo liga-se a razões humanitárias e não significa um compromisso.
Cidadania	A cidadania enquadra uma colaboração que uma empresa presta à sociedade pelo meio de projetos e atividades sociais e programas ligados ao processo de continuidade da empresa a longo prazo.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Desenvolvimento Sustentável	O desenvolvimento sustentável satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.
Marketing Social	O marketing social analisa os comportamentos da sociedade e empenha-se em encontrar limitações. Nesta perspetiva, este conteúdo caracteriza-se pela execução de matérias que visam fortalecer a aceitação de uma conceção social por um ou mais grupos.
Desempenho Económico	O desempenho económico representa a ideia de que no progresso dos seus negócios as empresas devem satisfazer as necessidades dos vários <i>stakeholders</i> .

Fonte: elaboração própria adaptado de Faria (2015)

Caputo, Pizzi, Ligorio, e Leopizzi, (2021), constataam que a RSE ligada às práticas não financeiras contribui para a construção de um planeta mais sustentável e transmite uma maior transparência na informação.

1.3 Dimensões da RSE

De acordo com o Livro Verde da Comissão Europeia (2001), a forma de atuação das empresas, no tema da Responsabilidade Social, pode dividir-se em duas grandes dimensões: a dimensão interna e a dimensão externa.

1.3.1 Dimensão interna

A Comissão das Comunidades Europeias (2001) explica que esta dimensão abrange quatro áreas específicas: a gestão de recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança e o impacto ambiental. Assim sendo, desenvolveu-se a tabela 2, explicando cada uma destas áreas.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

Tabela 2 - Dimensão interna da RSE

Áreas da dimensão interna da RSE	Descrição
Gestão de Recursos Humanos	Com o propósito de alcançarem trabalhadores qualificados, as empresas podem adotar várias medidas para atenuar este desafio. Como por exemplo, a participação dos trabalhadores em ações de formação; a aprendizagem ao longo da vida; a responsabilização dos trabalhadores; aumento da informação na empresa; equilíbrio entre a profissão, a família e os tempos livres; igualdade de oportunidades; participação nos lucros do capital da empresa; empregabilidade e segurança no trabalho; práticas de recrutamento não discriminatórias.
Saúde e Segurança no Trabalho	No passado esta área relacionava-se com medidas legislativas, mas, nos dias de hoje, nota-se uma melhoria, já que as empresas procuram formas complementares de promoção.
Adaptação à mudança	Para reorganizar uma empresa de forma socialmente responsável, há que ter em consideração os interesses de todas as partes afetadas por estas mudanças.
Impacto Ambiental	Esta área tem como objetivo o de minimizar o impacto global gerado pelos processos de fabrico e distribuição de bens e serviços, através de algumas medidas. A redução da exploração de recursos, redução da emissão de poluentes na produção de resíduos e gastos energéticos e a monitorização dos custos ambientais são alguns exemplos.

Fonte: elaboração própria adaptado de Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias (2001)

A dimensão interna relaciona-se com a implementação das práticas socialmente responsáveis realizadas ao nível da organização, abrangendo uma perspetiva focada nos trabalhadores e no seu local de trabalho. Este conceito envolve conteúdos como o capital

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

humano, saúde, segurança e gestão da mudança. Ao passo que as práticas ambientais responsáveis se relacionam com a gestão de recursos durante a produção (Garcia, 2019).

1.3.2 Dimensão Externa

À semelhança do que acontece com a dimensão interna, também a dimensão externa inclui quatro áreas distintas: as comunidades locais; os parceiros comerciais, fornecedores e consumidores; os direitos humanos e as preocupações ambientais globais, tal como vem apresentado na tabela 3.

Tabela 3 - Dimensão externa da RSE

Áreas da dimensão externa da RSE	Descrição
Comunidades Locais	A relação da empresa com as comunidades locais representa um importante aspeto no tema da Responsabilidade Social. As empresas apostam em práticas responsáveis, uma vez que quanto maior for a ligação das empresas com a comunidade local, maior será a sua produtividade e competitividade.
Parceiros Comerciais, Fornecedores e Consumidores	O vínculo entre os parceiros comerciais, fornecedores e consumidores estabelece-se para que as empresas possam reduzir a complexidade e os custos das suas operações. Desta forma, as empresas devem procurar de forma ética, eficiente e ecológica, produtos e serviços que os consumidores necessitam.
Direitos Humanos	A área dos direitos humanos, tem sido, cada vez mais, debatida para levar as empresas a adotarem códigos de ética que incluam condições de trabalho, direitos humanos e normas ambientais.
Preocupações Ambientais Globais	Com o intuito de atenuar os efeitos ambientais provocados pela atividade empresarial, as organizações podem incluir algumas medidas, como o incentivo a um melhor desempenho

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

	ambiental ao longo da cadeia de produção e o incremento global ao nível social e ambiental.
--	---

Fonte: Elaboração própria adaptado de Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias (2001)

A dimensão externa diferencia-se da dimensão interna, transcendendo o domínio da empresa e expande-se à comunidade local e a outras partes interessadas, tais como, parceiros comerciais e fornecedores, clientes, autoridades públicas e Organizações Não Governamentais (ONG) que exercem a sua atividade junto das comunidades locais ou no domínio do ambiente (Europeias, 2001).

1.4 Principais teorias e abordagens à Responsabilidade Social Empresarial

Ao longo dos anos, multiplicaram-se teorias e abordagens na esfera empresarial, com o objetivo de clarificar a divulgação de informações sociais e ambientais, de seguida, destacam-se algumas destas.

1.4.1 Teoria dos Stakeholders

A Teoria dos *Stakeholders* tem atingido ao longo do tempo o maior número de estudos, aparecendo pela primeira vez em 1984, resultado de um livro de Edward Freeman “*Strategic Management: A Stakeholder Approach*”.

A palavra “*stakeholder*” nasce em 1963, com a intenção de desassociar a ideia de satisfação exclusiva dos interesses dos acionistas, popularizando a perceção das várias partes interessadas no desenvolvimento e crescimento das organizações (Sobral, Passos e Ribeiro, 2021).

Esta teoria idealiza que a empresa deve criar valor para os *stakeholders*, proporcionando-lhes retornos com o objetivo da maximização do lucro dos acionistas (Santamaria, 2021).

A Teoria dos *Stakeholders* desenvolveu-se em torno de três dimensões: definição do conceito de *stakeholder*; classificação dos *stakeholders* e identificação das dimensões teóricas.

A definição de *stakeholders* mais publicada foi a de Freeman (1984) definindo estes como qualquer indivíduo ou grupo que afete ou seja afetado pela atividade da empresa. Segundo

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

o mesmo autor, a empresa caracteriza-se como uma organização de ligações competitivas e cooperativas, com capacidade para produzir riqueza de forma sustentável através de relações com as partes interessadas.

Donaldson e Preston (1995) sugerem que as empresas desenvolvam processos de negociação com as partes interessadas, através do modelo dos *stakeholders* (figura 2), representando a organização num papel central e ao seu redor os diferentes *stakeholders*, simbolizando a ideia de reciprocidade de interesses.

Figura 2 - Modelo dos stakeholders



Fonte: elaboração própria

Clarkson (1995, p.5) indica na classificação dos *stakeholders*, a diferença entre os *stakeholders* primários e os *stakeholders* secundários. Assim sendo, este autor considera que os *stakeholders* primários estão diretamente ligados à atividade empresarial e esperam a sua continuidade, sendo estes os sócios, investidores, funcionários, clientes, fornecedores, governo e a comunidade. Já os *stakeholders* secundários agrupam-se noutra grau, como por exemplo, os meios de comunicação social, ou seja, são aqueles que influenciam ou são influenciados pela empresa, mas não participam nas suas ações, não sendo fundamentais para a sua continuidade.

Em relação à identificação das dimensões teóricas, Donaldson e Preston (1995) identificam três dimensões para o modelo de *stakeholders*: a descritiva que representa o

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

modo de agir e de contribuir na investigação dos comportamentos organizacionais; a instrumental que analisa os resultados previstos com base nas opções da empresa e a normativa que desenvolve a função da empresa e a forma como as empresas devem funcionar.

As empresas que optem por este modelo, devem ter em consideração o incremento na aplicação de recursos organizacionais, englobando vários objetivos com o intuito de corresponder às necessidades de todas as partes interessadas (Fernandes, 2019).

1.4.2 Teoria da Legitimidade

Suchman (1995, p. 574), avalia a legitimidade como “uma perceção ou pressuposto generalizado de que as ações de uma entidade são desejáveis, próprias ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições”.

A Teoria da Legitimidade configura um processo social onde a sociedade idealiza as decisões que espera que a empresa tome. Esta teoria defende que os relatórios contabilísticos têm carácter político, económico e social e por isso, reconhece-lhes competência para divulgar informação acerca destes assuntos para todos os utentes. (Fernandes, 2019).

A Teoria da Legitimidade considera-se uma das teorias mais citadas no estudo da divulgação da informação da responsabilidade social e estabelece um contrato social com princípios e comportamentos das organizações e da sociedade em que atuam. Neste sentido, o conceito “legitimidade” representa uma condição que existe quando os valores de uma entidade são congruentes com os valores da sociedade (Santamaria, 2021).

Assim sendo, desta teoria destaca-se a divulgação de relatórios de informação económica, política, social ou institucional, como estratégia da entidade para conquistar a validação das suas atividades por parte da sociedade (Fernandes, 2019).

1.4.3 Modelo de Garriga e Melé

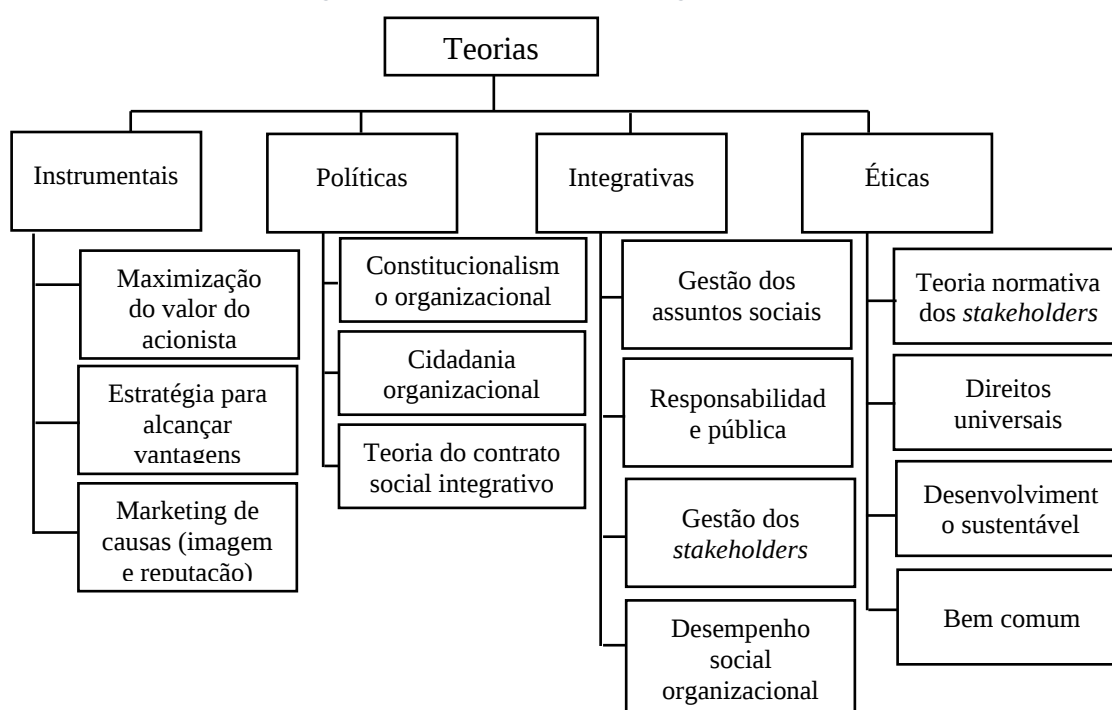
Segundo Ribeiro (2019), outra perspetiva que tem aparecido em diversos estudos acerca da divulgação não financeira é o Modelo de Garriga e Melé (2004) que se caracteriza

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

como um dos modelos mais completos na classificação da RSE, e está dividido em quatro grupos: teorias instrumentais, teorias políticas, teorias integrativas e teorias éticas.

Sendo que, as teorias instrumentais focam-se em atingir objetivos económicos e financeiros; as teorias políticas acentuam a aplicação responsável do poder na área política; as teorias integrativas envolvem a satisfação da exigência social e as teorias éticas caracterizam-se por ações corretas para atingir o bem da sociedade (figura 3).

Figura 3 - Teorias do Modelo de Garriga e Melé



Fonte: Sobral, Passos e Ribeiro (2021)

1.5 A importância das PME's na Responsabilidade Social

Para vivermos num local saudável e mais seguro torna-se imprescindível que todos, inclusivamente, as PME's implementem práticas de Responsabilidade Social, uma vez que estas representam mais de 99% do tecido empresarial europeu e Portugal é um dos países com a maior percentagem de PME's da União Europeia. Por esta razão, considera-se fundamental caracterizá-las resumidamente.

De acordo com a Pordata (2022), em 2020 Portugal tinha registadas 1.316.256 empresas, sendo que destas, 1.314.944 empresas estão incluídas na categoria PME, o que significa que 99,9% das empresas em Portugal correspondem a PME's. Esta categoria, em Portugal,

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

representa cerca de 76,7% dos empregos, uma vez que, segundo a Pordata (2022), em 2020, o volume médio de negócios, fixava-se em 300.134,5 € e na categoria PME fixava-se em 230.207,2 €, assumindo-se assim, como uma componente central na economia portuguesa.

Inquestionavelmente, tanto a nível nacional como a nível mundial, as PME's intensificaram o seu potencial no crescimento económico.

Tal como definido na Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003 (2003/361/CE), no artigo 1.º, considera-se empresa “qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma actividade económica”. Para tal, com o intuito de distinguir as diferentes categorias de empresas instituíram-se limiares (tabela 4).

Tabela 4 - Limiares financeiros das categorias das empresas

	Número médio de empregados	Volume de negócios anual	Total do balanço
Micro, Pequenas e Médias Empresas (PME)	Menos de 250 empregados	Não excede 50 milhões de euros	Não excede 43 milhões de euros
Categoria PME – Pequena Empresa	Menos de 50 empregados	Não excedem 10 milhões de euros	
Categoria PME – Microempresa	Menos de 10 empregados	Não excedem 2 milhões de euros	

Fonte: elaboração própria adaptado do artigo 2.º da Recomendação n.º 2003/361/CE da Comissão Europeia

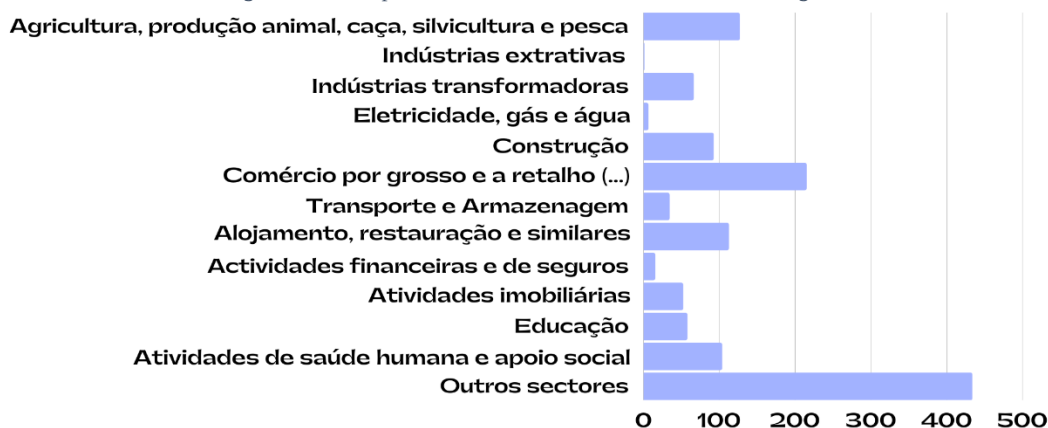
A categoria que engloba as micro, pequenas e médias empresas (PME's), constitui-se por empresas que empregam menos de 250 trabalhadores, com um volume de negócios anual menor que 50 milhões de euros ou um total do balanço menor que 43 milhões de euros.

Dentro da categoria das PME's, considera-se uma pequena empresa, aquelas que empreguem menos de 50 trabalhadores e que o seu volume de negócios anual ou o total do balanço não excedam 10 milhões de euros.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Dentro da categoria das PME's, consideram-se microempresas, aquelas que empreguem menos de 10 trabalhadores e que o seu volume de negócios anual ou o total do balanço não exceda 2 milhões de euros.

Figura 4 - PME por setor de atividade económica em Portugal



Fonte: elaboração própria adaptado de Pordata (2022)

As PME's dividem-se em 13 setores de atividade económica (figura 4). De acordo com a Pordata (2022), em 2020, o setor que, em Portugal, conta com um número mais elevado de PME's representa 32,95% destas e pertence a atividades não especificadas, designadas por outros. Seguido do setor de comércio por grosso e a retalho (16,34%), do setor de agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca (9,65%), do setor do alojamento, restauração e similares (8,54%), do setor de atividades de saúde humana e apoio social (7,86%), do setor da construção (7,02%), do setor das indústrias transformadoras (5,03%), do setor da educação (4,37%) e por último do setor das atividades imobiliárias (3,95%). Os setores responsáveis por um menor número de PME's englobam as indústrias extrativas (0,08%), o setor da eletricidade, gás e água (0,46%), as atividades financeiras e de seguros (1,16%) e transportes e armazenagens (2,60%).

As PME's desenvolvem uma importante alavanca na economia portuguesa, pelos postos de trabalho que geram, de tal modo que para que estas sejam cada vez mais competitivas necessitam de se adaptar às necessidades do mercado e da sociedade em que operam.

2 MATERIALIDADE NA INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Nos últimos anos, sucederam-se diversos desenvolvimentos nas empresas, que originaram repercussões relevantes em relação à informação financeira e, consequentemente, à informação não financeira (Ribeiro, 2019).

Quanto mais as informações divulgadas se baseiam em tópicos materiais, mais relevantes elas se tornam, influenciando o desempenho sustentável das empresas (Baumüller e Sopp, 2021).

2.1 Contextualização

Uma das maiores barreiras da atualidade, para as empresas, envolve determinar a relevância da informação no que se refere ao desempenho em matéria de sustentabilidade, uma vez que não existem normas específicas para esta abordagem. Neste sentido, as empresas não conseguem estabelecer comparações de desempenho entre si, dificultando assim a tarefa de divulgação da informação não financeira (Eccles, Krzus, Rogers, e Serafeim, 2012).

A ideia de materialidade reconhece-se bem definida para a informação qualitativa dos relatórios financeiros, ao contrário dos relatórios não financeiros, apesar da sua divulgação estar a crescer (Schmiedchen, 2018).

No que diz respeito aos relatórios não financeiros, a materialidade incorpora conteúdos da sustentabilidade com incidência financeira nas empresas e envolve também indicadores económicos, ambientais e sociais que excedam o limite de influenciar a aptidão de concretizar as falhas atuais sem afetar a aptidão das gerações futuras para colmatar as suas necessidades (*Global Reporting Initiative (GRI)*, 2006).

As informações não financeiras consideram-se aquelas que não aparecem contempladas nas demonstrações financeiras das empresas. Neste sentido, apresentam-se como os dados quantitativos e qualitativos relativamente à política utilizada, aos procedimentos comerciais e aos resultados da política que não se relacionem com o processo financeiro. A informação não financeira reporta-se à contabilidade social, RSE, relatórios

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

ambientais, sustentabilidade, relatórios de desempenho de serviços, entre outros (Malek-Yonan, Bakhtiar e Rafsanjani, 2016).

Nesta linha de raciocínio, importa destacar a presença vincada das PME's na economia portuguesa, considerando que estas empresas desenvolvem uma perceção direta ou indireta em investimentos ambientais.

O estudo de Santos, Santos, Pereira, e Silva, (2006), comprova isso mesmo, a orientação das PME's nas áreas económica e na dimensão social interna e seguidamente nas áreas da dimensão ambiental e da comunidade, assume uma grande expressão nas práticas referidas. As PME's desenvolvem ações em várias áreas, sendo as mais divulgadas, na vertente social interna e na vertente económica, porque apesar deste conceito ser novidade, está materializado no dia a dia na gestão de cada organização.

Os resultados do estudo de Santos, *et al.* (2006), mostram que onde existe uma maior insatisfação quanto aos efeitos da Responsabilidade Social para as PME's é ao nível dos serviços sociais, seguidos da gestão do impacto ambiental, da articulação com a comunidade e da gestão da mudança organizacional.

Segundo Fernandes (2019), “a importância da informação não-financeira é cada vez mais relevante, a sua combinação com a informação financeira, torna cada vez mais a informação contabilística uma fonte de excelência”.

Neste sentido, o foco dos relatórios empresariais em relação às demonstrações financeiras tradicionais tem vindo a mudar, envolvendo uma perspetiva de mudança de paradigma em relação à sustentabilidade (Cerbone, e Maroun, 2020).

Vários estudos demonstram, cada vez mais, o empenho das empresas em divulgar tópicos materiais de sustentabilidade, proporcionando valor acrescentado aos acionistas (Khan, Serafeim e Yoon, 2016).

A materialidade representa uma prática moderna nas organizações, sendo considerada como o centro dos relatórios de sustentabilidade, que vem priorizar os principais impactos de sustentabilidade das organizações, de acordo com Karagiannis, Vouros, Skouloudis e Evangelinos (2019). O estudo dos mesmos autores revela que tópicos como o desempenho económico, a consideração dos clientes e a produtividade dos serviços

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

aparecem no topo da pirâmide hierárquica enquanto os indicadores menos reportados incluem aspetos relacionados com a estratégia de sustentabilidade e o impacto ambiental.

Neste sentido, Reimsbach, Schiemann, Hahn e Schmiedchen (2020), caracterizam materialidade como um limite a partir do qual um tema se torna suficientemente relevante para ser divulgado. Importa referir que o limite referenciado varia consoante a importância que cada relatório refere como prioridade ou consoante os indicadores que cada empresa considera relevantes.

A materialidade na informação encontra-se amplamente relacionada com a estratégia e a gestão de risco de uma empresa (Gerwanski, Kordsachia e Velte, 2019).

De acordo com Edgley (2014), como o conceito de materialidade se entende como ambíguo, os parâmetros que sustentam as providências da materialidade tornam-se pouco claros, não aparecendo divulgados, o que pode considerar-se uma vantagem para quem a regulamenta e um perigo para os seus utilizadores.

A definição de materialidade tornou-se numa das ideias mais discutidas na área da contabilidade, mas não existe nenhum entendimento unânime relativamente à sua definição. Assim sendo, elaborou-se a tabela 5 com a evolução do conceito de materialidade.

Tabela 5 - Evolução do conceito de materialidade

Autores	Conceito
Frishkoff (1970)	A materialidade é um conceito vital, uma das pedras angulares da contabilidade.
Norma AA1000 da Accountability (1999)	A materialidade refere-se à priorização dos tópicos de sustentabilidade mais relevantes. Um tópico material pode caracterizar-se como um tema que influencia substancialmente o desempenho de uma organização a curto, médio e/ ou longo prazo.
(IIRC 2013, p. 33)	Um assunto deve ser considerado material se puder afetar substancialmente a capacidade da

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

	organização de criar valor a curto, médio ou longo prazo.
(Mio e Fasan, 2013)	Uma informação é considerada como “material” se a sua omissão ou deturpação influenciar a decisão económica tomada pelos investidores. Para estes autores a materialidade é uma das matérias fundamentais para desenvolver a qualidade da contabilidade, quer na informação financeira quer na informação não financeira.
IAS 1 - IASB (2020)	A informação considera-se material sempre que omitida ou adulterada, influencia as decisões dos utilizadores da informação financeira.
Estrutura Conceptual do SNC (§29 e §30) (2022)	Em Portugal, “a relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade” e considera-se que a “informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões com base nas demonstrações financeiras”.

Fonte: elaboração própria

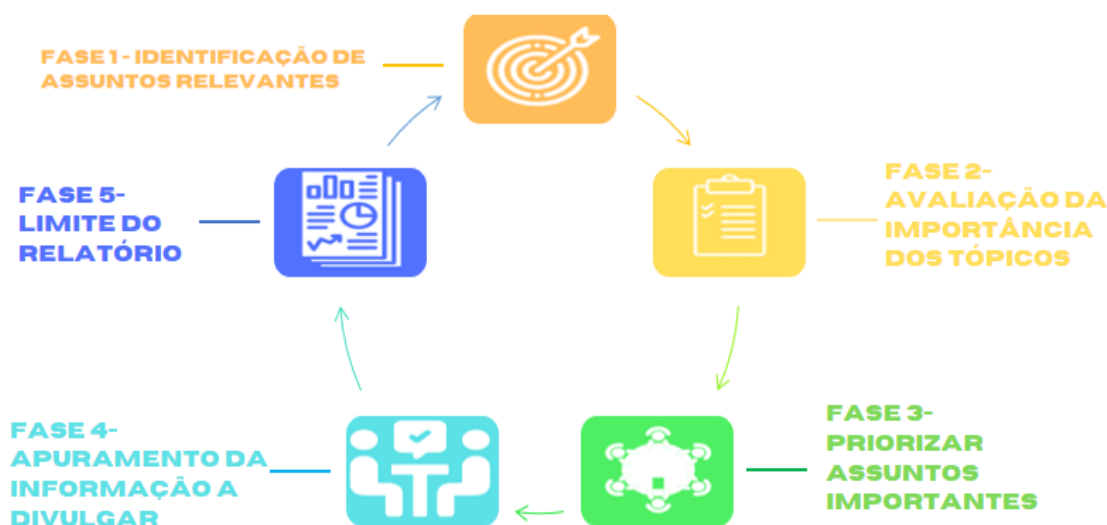
Também a forma de abordar o processo de materialidade não está definida universalmente, deixando as empresas livres para desenvolverem a sua própria abordagem. Com o intuito de a avaliação de materialidade ser utilizada como uma ferramenta estratégica de negócio, a *International Integrated Reporting Council* (IIRC) apresenta uma estrutura para a divulgação da materialidade nos Relatórios Integrados (RI) que pode facilmente ser adaptada para outros relatórios tal como mostra a figura 5.

Na fase 1, consideram-se assuntos relevantes, aqueles que têm ou podem vir a ter um efeito sobre a capacidade da organização para a criação de valor e isto determina-se pelo efeito na estratégia, na governação, no desempenho ou nas perspetivas da organização. A organização deve ter a capacidade de identificar que nem todos os assuntos relevantes podem ser considerados materiais, uma vez que para ser englobado num relatório, um assunto deve ser suficientemente importante em termos do seu potencial na criação de valor, destacando-se assim a fase 2 deste processo. Mais tarde, vem a fase 3 que

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

contempla a priorização de tópicos materiais com base na importância estratégica para a organização. Já na fase 4, a organização deve determinar qual a informação material que vai ser divulgada, o que envolve diferentes perspetivas assegurando que o relatório cumpre o seu principal objetivo. Por último, na fase 5, a organização deve ter em consideração dois aspetos para a determinação do limite de um relatório: a entidade de relato financeiro e os riscos e oportunidades associados a outros intervenientes (IIRC, 2021).

Figura 5 - Processo de materialidade



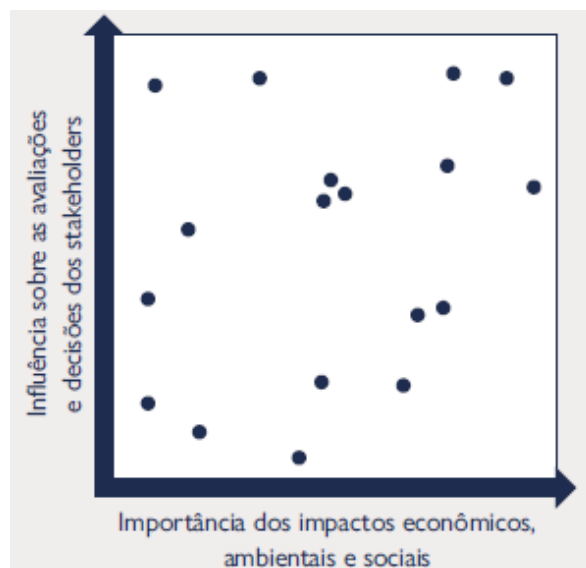
Fonte: elaboração própria adaptado de IIRC (2021)

Os relatórios de sustentabilidade devem incluir tópicos materiais com base na relevância dos impactos económicos, ambientais e sociais significativos e que influenciem, substancialmente, as avaliações e decisões dos *stakeholders* (GRI 101, 2016).

Com base nos tópicos materiais, a *Global Reporting Initiative* (GRI) apresentou um exemplo de matriz de materialidade com a intenção de orientar as organizações, apesar desta não ser de carácter obrigatório (figura 6).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Figura 6 - Representação visual da priorização dos tópicos



Fonte: GRI (2016), GRI 101

A GRI propôs, também, uma abordagem para priorizar tópicos materiais que podem fornecer a base para a divulgação da sustentabilidade, considerando os testes seguintes:

- Impactos económicos, ambientais e/ou sociais identificados por pessoas com competência reconhecida ou organismos especializados na área;
- Interesses e expectativas de *stakeholders* especificamente envolvidos no sucesso da organização;
- Interesses e tópicos económicos, ambientais e/ou sociais desenvolvidos por trabalhadores que não sejam empregados da organização, como fornecedores, comunidades locais, grupos vulneráveis e sociedade civil;
- Desafios futuros relatados por concorrentes;
- Leis, regulamentos e acordos internacionais ou voluntários de importância estratégica para a organização;
- Valores organizacionais, políticas, estratégias, sistemas de gestão operacional, objetivos e metas fundamentais da organização;
- Competências essenciais e a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Importa ressaltar que apesar dos vários desenvolvimentos nos últimos 20 anos na divulgação de questões sustentáveis, o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) disponibilizou orientações sobre a materialidade através de um processo de definição de padrões, concedendo às empresas a possibilidade de uma relação entre os investimentos em sustentabilidade e o desempenho financeiro futuro.

A figura 7 ilustra cada etapa do processo de definição de padrões, composto por uma investigação rigorosa de dados, ferramentas analíticas, participação das partes interessadas, um período de comentários públicos e a supervisão e revisão do Conselho de Normas SASB composto por especialistas em desenvolvimento de normas.

Figura 7 - Processo de definição de padrões



Fonte: adaptado SASB (2022)

Este modelo envolve três atividades principais: - iniciar um projeto de definição de normas; - propor uma atualização das normas; - emitir uma atualização das normas e proporcionou a capacidade de abordar temas gerais, alterações regulamentares e outras tendências que afetaram diferentes sectores, mas ao mesmo tempo, desenvolveu questões específicas do mercado.

Com o intuito de suprimir dúvidas em relação à falta de orientações claras sobre o que é material no domínio da informação não financeira e de modo a facilitar a comparação de empresas dentro da mesma indústria, a SASB construiu uma matriz de materialidade dividida por 26 questões gerais de sustentabilidade repartidas por várias indústrias (figura 8).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Figura 8 - Matriz de Materialidade

Dimensão	Categoria de Assuntos Gerais	Bens de consumo	Extratos e processamento de minerais						Finanças	Alimentação e Bebidas	Cuidados de saúde	Infraestruturas
			Operações de Carvão	Materiais de construção	Produtores de ferro e aço	Metais e mineração	Petróleo e gás - exploração e produção	Petróleo e gás - transporte e armazenamento	Petróleo e gás - refinação e comercialização	Petróleo e gás - serviços		
Ambiente	Emissão de GEE											
	Qualidade do ar											
	Gestão de energia											
	Gestão de água e de águas residuais											
	Gestão de resíduos e materiais perigosos											
Capital Social	Impactos ecológicos											
	Direitos humanos e relações comunitárias											
	Privacidade de clientes											
	Segurança de dados											
	Acesso e acessibilidade económica											
Capital Humano	Qualidade e segurança do produto											
	Bem-estar do cliente											
	Práticas de venda e rotulagem de produtos											
	Práticas laborais											
	Saúde e segurança dos empregados											
Modelo de negócio e Inovação	Envolvimento, diversidade e inclusão											
	Produtos e gestão do ciclo de vida											
	Resiliência do modelo de negócio											
	Gestão da cadeia de abastecimento											
	Fornecimento de materiais e eficiência											
Liderança e Governança	Impactos físicos das alterações climáticas											
	Ética nos negócios											
	Comportamento competitivo											
	Gestão do ambiente jurídico e regulamentar											
	Gestão do risco de incidentes críticos											
	Gestão de risco sistémico											

© 2018 The SASB Foundation. All Rights Reserved.

Fonte: adaptado SASB (2022)

Uma pesquisa recente de Schiehl e Kolahgar (2020) demonstra que a informação material aumenta a relevância do valor de mercado e fornece informação mais específica e útil na tomada de decisões dos investidores.

Embora a materialidade da informação seja inquestionavelmente importante, esta pode não ter o mesmo valor de relevância para os investidores como para as partes interessadas. Da mesma forma que a relevância da informação pode diferir conforme os tipos de negócios.

A materialidade engloba a ideia de transmitir às partes interessadas considerações verdadeiras e transparentes, com o objetivo de excluir informações irrelevantes na proposição da Responsabilidade Social (Slacik e Greiling, 2019).

Tal como vários estudos referem a materialidade da informação pode ser considerada como um tópico que pode alterar significativamente a opinião dos investidores na tomada de decisões. Deste modo, destaca-se que empresas consideram a materialidade das questões de sustentabilidade como estrategicamente importante, reconhecendo que uma

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

determinada empresa pode considerar relevante uma questão, enquanto outra empresa pode considerar a mesma questão irrelevante, o que pode acontecer, também, com as partes interessadas (Khan, Serafim e Yoon, 2016).

Um dos fatores mais comuns para explicar a falta de divulgação de questões não financeiras, implica o facto de existir uma insuficiência de padrões evidentes e de não existirem normas com a mesma qualidade das normas contabilísticas.

Outro problema do reporte da informação não financeira envolve a sobrecarga na informação, sendo importante perceber quais as práticas mais relevantes para os *stakeholders*. Neste sentido, Stolowy e Paugam (2018), verificam através do seu estudo, um aumento significativo em divulgações de tópicos de desempenho, estratégia e criação de valor.

Com o decorrer do tempo os *stakeholders* perceberam que as práticas de divulgação ambiental podiam ser consideradas uma mais-valia no que respeita a diminuir a assimetria da informação. Os resultados do estudo de Slacik e Greiling (2019) mostraram que os intervenientes na amostra consideram de baixa relevância tópicos como o relacionamento com as partes interessadas e a gestão de risco e de alta e média relevância tópicos como o desempenho económico e o impacto ambiental, respetivamente. Neste sentido, os autores evidenciam que a materialidade, bem como a divulgação destes assuntos ainda não se reconhece como seria esperado, concluindo que a expectativa de que a materialidade diminui as assimetrias da informação está ainda em desenvolvimento.

2.2 Organizações de referência no relato

Com o avanço no tema da materialidade na informação não financeira, apareceram várias entidades tanto internacionais como também, portuguesas, com o objetivo de colmatarem algumas lacunas existentes na divulgação destes conteúdos, entre elas, *Global Compact* da Organização das Nações Unidas (ONU); *International Organization for Standardization* (ISO); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE); *Global Reporting Initiative* e *International Integrated Reporting Council*.

2.2.1 Global Compact da Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas apareceu depois da Segunda Guerra Mundial em 1945 e tem como objetivo unir todas as nações do mundo, trabalhando nos desafios atuais e futuros, sobre os temas da Paz e Segurança Internacionais; a Proteção dos Direitos Humanos; a Ajuda Humanitária; o Apoio do Desenvolvimento Sustentável e a Ação Climática e o Direito Internacional (Matos, 2021).

A área da Paz e Segurança Internacionais traduz-se na iniciativa central da ONU e desenvolve-se através de atividades para prevenir conflitos e condições para manter a paz. A Organização defende a Proteção dos Direitos Humanos atendendo a instrumentos legais e trabalhos no terreno. A Ajuda Humanitária consiste em orientar a comunidade em casos de emergência devido a catástrofes naturais e ou provocadas pelo homem. No tema do Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática, a ONU espera construir uma economia global mais sustentável para ajudar a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. O Direito Internacional aparece na organização com o intuito de estabelecer condições para que as obrigações decorrentes de tratados não se alterem (United Nations, 2022).

Já a *Global Compact*, fundada em 2000, surgiu por iniciativa das Nações Unidas, com a intenção de mobilizar um movimento global de empresas e partes interessadas sustentáveis. Para que esta seja uma realidade atual, a GC promove a criação de negócios de forma responsável, alinhando as suas estratégias e operações com os dez princípios fundamentais sobre direitos humanos, trabalho, proteção do ambiente e anticorrupção (UNGLOALCOMPACT, 2022).

Com o pensamento de alcançar um futuro melhor para todos, em setembro de 2000, os dirigentes mundiais reuniram-se na Cimeira do Milénio comprometendo-se a atingir um conjunto de objetivos coletivos até 2015.

Assim sendo, os 189 Estados Membros das Nações Unidas comprometeram-se a: 1 - acabar com a fome e a miséria, com o intuito de reduzir para metade a percentagem de população que tem fome; 2 - educação básica de qualidade para todos, garantindo que todos terminem o ensino primário; 3 - igualdade de género e valorização da mulher,

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

eliminando todas as disparidades existentes; 4 - reduzir a mortalidade infantil, com o objetivo de baixar em dois terços o número de mortes em crianças com menos de 5 anos; 5 - melhorar a saúde materna, com o propósito de reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna; 6 - combater a SIDA, a malária e outras doenças, reduzindo a propagação das mesmas; 7 - qualidade de vida e respeito pelo meio ambiente, garantindo os princípios de desenvolvimento sustentável e 8 - o mundo a trabalhar pelo desenvolvimento, criando a cooperação entre países e formulando estratégias de boa governação (figura 9).

Figura 9 - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio



Fonte: United Nations Millennium Development Goals (2022)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), substituíram os 8 grandes Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000 – 2015), com o intuito de satisfazer os atuais desafios no domínio ambiental, económico e político e estão todos relacionados entre si com o objetivo do sucesso de um, poder ser também o sucesso dos outros (Lopes, 2020). Neste sentido, em setembro de 2015, todos os 193 Estados Membros das Nações Unidas planearam um caminho ao longo dos próximos 15 anos para colmatar a pobreza extrema, combater a desigualdade e a injustiça, e proteger o planeta. Conforme a figura 10 indica, desenvolveu-se a ideia da “Agenda 2030” que explora os 17 ODS (Matos, 2021).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Figura 10 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2030



Fonte: UNGLOBALCOMPACT (2022)

Estes objetivos podem dividir-se em fatores, como, Pessoas, Prosperidade, Planeta, Paz e Parcerias, conforme a figura 11 (Martinho, 2021).

Figura 11 - Organização temática dos ODS



Fonte: relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Quanto às Pessoas, o principal objetivo foca-se na supressão de todas as formas de pobreza, assegurando que a população disponha de um ambiente saudável, sendo os ODS associados a este fator, ODS 1 - Erradicação da pobreza; ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 - Saúde e bem-estar ODS 4 - Educação de qualidade; ODS 5 - Igualdade de género e ODS 6 - Água potável e saneamento.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

Já o fator Prosperidade, centraliza-se no acesso universal a uma vida de acordo com os progressos económico, social e tecnológico e inclui os ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis, ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico, ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas e ODS 10 - Redução das Desigualdades.

Quanto ao Planeta, este envolve os ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis, ODS 13 - Ação Climática, ODS 14 - Proteger a Vida Marinha e ODS 15 - Proteger a Vida Terrestre, e tem o intuito de alcançar uma gestão sustentável através da proteção do ambiente.

O fator Paz traduz-se em promover condições inclusivas e pacíficas assentes nos direitos humanos e incorpora o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições.

Por último, as Parcerias têm em vista garantir o cumprimento de todos os ODS, promovendo o espírito de solidariedade entre países e caracterizam-se pelo ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

2.2.2 International Organization of Standardization

A *International Organization for Standardization*, entrou oficialmente em funcionamento em 1947, sendo uma organização internacional, com 167 organismos nacionais de normalização e tem como finalidade reunir orientações para o desenvolvimento do comércio internacional, tendo já divulgado mais de 24.000 normas internacionais que envolvem vários setores de atividade. De entre estas normas, pode-se destacar a ISO 26000 - Avaliação de desempenho - Responsabilidade Social, publicada no ano de 2010, para ajudar as organizações com princípios eficazes e na partilha global das diretrizes de desenvolvimento sustentável, qualificando-se como um acréscimo da *International Framework* do Relato Integrado (ISO, 2022).

Neste sentido, esta organização, focalizou alguns objetivos e prioridades para atingirem até 2030, sintetizados na figura 12. O primeiro objetivo compreende que todos reconheçam o fácil acesso da utilização das normas e que as partes interessadas consigam solucionar problemas em todas os campos, através destas normas. Já o objetivo seguinte envolve responder a desafios globais e preparar soluções. E por último, o terceiro objetivo

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

compromete-se à inclusão de todas as partes interessadas, desenvolvendo recursos e participando em atividades ISO.

Figura 12 - Objetivos da ISSO até 2030



Fonte: adaptado de ISO (2022)

Esta organização tem como objetivo facultar guias de matérias da RSE às organizações, desenvolvendo normas internacionais voluntárias apoiadas por soluções para enfrentar os desafios globais (Lourenço, 2017).

2.2.3 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, ou em inglês *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD), criada em 1961, é um órgão internacional que proporciona melhores políticas de informação, estimulando o progresso económico dos seus 48 países membros (OECD, 2022).

Importa referir que Portugal é um dos países fundadores desta organização, que projeta a cooperação económica entre países europeus. A OCDE dispõe de aproximadamente 280 entidades, entre elas, Comitês, Grupos de Trabalho e Grupos de Peritos, incluindo um órgão decisório máximo, o Conselho (figura 13), e conta ainda com mais de 140.000 decisores e formadores de políticas em todo o mundo.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Figura 13 - Estrutura organizacional da OCDE



Fonte: adaptado de OECD (2022)

Esta organização conduz a vários benefícios para aos seus países membros, como, permitir que através dos dados estatísticos e económicos comparáveis, proporcione um controlo, para os países, das suas políticas económicas, sociais e ambientais e ainda, desenvolve métodos para que os países possam discutir e partilhar experiências e melhorar as suas práticas ou encontrar soluções para problemas comuns (OECD, 2022).

2.2.4 Global Reporting Initiative

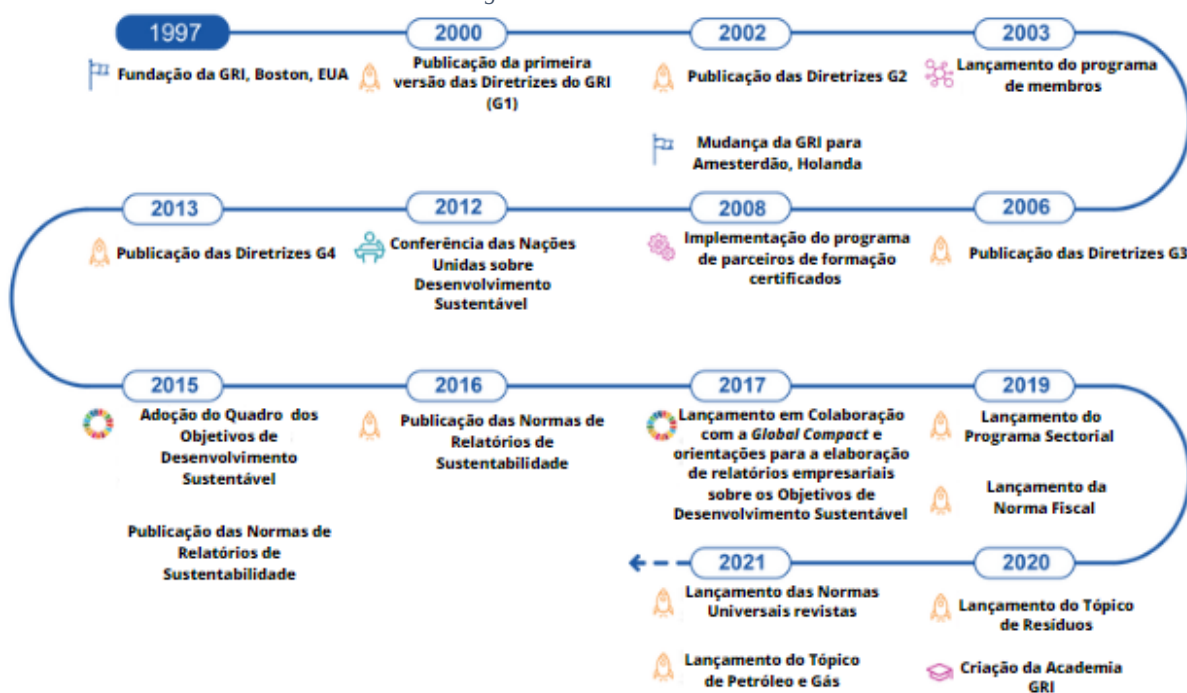
A *Global Reporting Initiative*, fundada em 1997 em Boston, com sede em Amesterdão, Países Baixos, tornou-se numa organização internacional e tem como principal objetivo ajudar as empresas a divulgar as suas responsabilidades pelos seus impactos, fornecendo as normas mundiais mais utilizadas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade (GRI, 2022).

Em 2000 surge a primeira versão das Diretrizes do GRI (G1), facultando o primeiro quadro global para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade. Em 2001, a GRI foi criada como instituição independente sem fins lucrativos. No ano seguinte, a GRI mudou-se para Amesterdão, Países Baixos, e publicaram-se atualizações às Diretrizes (G2). Posteriormente, com o avanço na procura ‘por relatórios de sustentabilidade, as diretrizes

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

aperfeiçoaram-se, surgindo em 2006 o G3, e anos mais tarde, em 2013, o G4. Vários países aderiram à divulgação de relatórios de sustentabilidade e com isto a GRI abriu escritórios regionais, no Brasil (2007), China (2009), Índia (2010), EUA (2011), África do Sul (2013), Colômbia (2014) e Singapura (2019). Mais recentemente, em 2016, a GRI apresentou as primeiras normas globais para a elaboração e relatórios de sustentabilidade - as Normas GRI. Com isto, estas normas têm vindo a ser atualizadas, em 2019 incluíram-se Tópicos sobre Impostos, em 2020 um novo tema acerca de Resíduos e em 2021 surge o lançamento do Tópico de Petróleo e Gás, representados na figura 14 (GRI, 2022).

Figura 14 - História da GRI



Fonte: adaptado de GRI (2022)

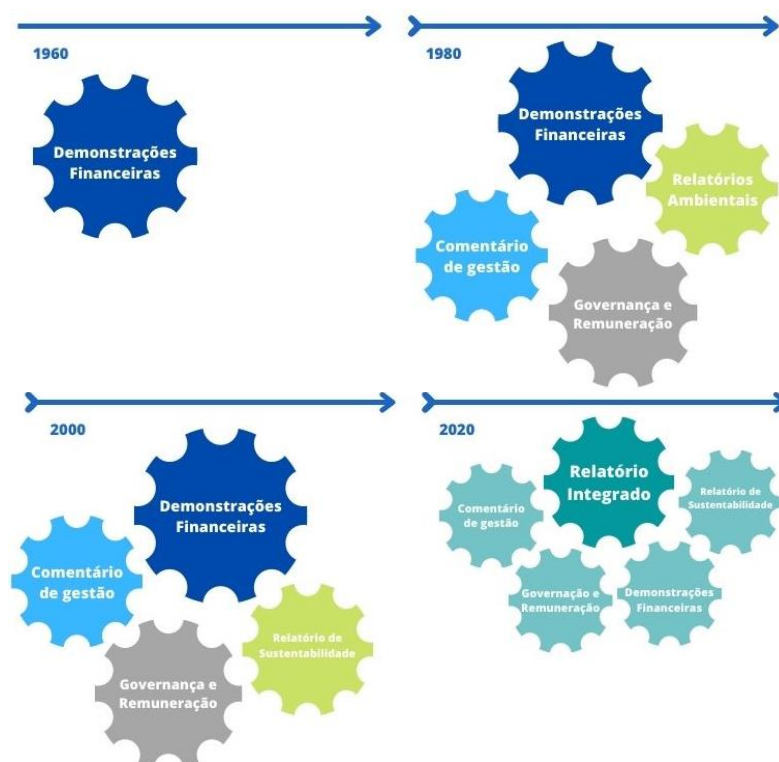
Recentemente, em junho de 2021, o IIRC fundiu-se com o SASB formando assim a *Value Reporting Foundation* (VRF), com o propósito de impulsionar o desempenho global de sustentabilidade, através de relatórios empresariais mais abrangentes (IIRC, 2022).

Nos últimos anos, tem-se verificado uma mudança de paradigma no que diz respeito às demonstrações financeiras tradicionais, quanto aos relatórios de sustentabilidade, e mais recentemente, aos relatórios integrados (Cerbone e Maroun, 2020).

2.3 Relatórios de informação não financeira

Os modelos tradicionais existentes referentes à construção de relatórios, ainda que continuem a representar uma importante função no que diz respeito à gestão do capital financeiro, tornaram-se insuficientes. Posto isto, nas últimas duas décadas revelaram-se algumas adições a estes relatórios, tal como revela a figura 15. Noutro tempo, as empresas apenas divulgavam as suas informações financeiras. A partir de 1980, as organizações começaram a divulgar, cada vez mais, informações não financeiras, inicialmente através de relatórios ambientais e mais tarde a partir do ano 2000 através de relatórios de sustentabilidade. De acordo com IIRC (2011), as mudanças futuras no mundo empresarial acentuar-se-ão cada vez mais, o que promove que as empresas reúnam as diferentes vertentes da elaboração de relatórios num único, o relatório integrado, facilitando o sucesso da empresa e a sua criação de valor.

Figura 15 - Evolução dos relatos nas organizações



Fonte: adaptado de IIRC (2011)

Segundo um estudo de Eccles e Spiesshofer (2015), os relatórios de gestão assumem três tipos, os relatórios financeiros, os relatórios de sustentabilidade ou de informação não

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

financeira e os relatórios integrados, que se distinguem pelo seu conteúdo, público, natureza e função conforme vem explícito na tabela 6.

Tabela 6 - Tipos de relatórios de informação

Tipos de Relatórios	Conteúdo	Público	Natureza	Função
Financeiros	Informação financeira	Investidores	Obrigatório	Informação
Sustentabilidade	Informação não financeira	<i>Stakeholders</i>	Principalmente voluntário	Transformação
Integrados	Informação financeira e informação não financeira	Investidores e outro público relevante	Principalmente voluntário	Transformação

Fonte: Eccles e Spiesshofer (2015)

Importa referir que a diferença entre os relatórios financeiros e os não financeiros relaciona-se com a natureza da informação divulgada, sendo os seus propósitos praticamente os mesmos. A tabela 6 retrata 2 tipos de funções. A função de informação incorpora-se nos relatórios financeiros e resume-se à responsabilidade da empresa transmitir a informação que os fornecedores de capital precisam para tomar uma decisão acerca de transações (Domingues, 2021).

O objetivo deste estudo, apenas se compromete a detalhar os relatórios de sustentabilidade e os relatórios integrados. À vista disso, os relatórios de sustentabilidade, formados no início dos anos 90, têm como finalidade proporcionar aos *stakeholders* conhecimentos acerca do exercício de uma organização no âmbito social, ambiental e de governação. Apesar dos investidores mostrarem cada vez mais interesse nos relatórios de sustentabilidade, estes continuam a ser de âmbito voluntário, procurando compreender a capacidade de uma empresa criar valor. Já os relatórios integrados, datam do início dos anos 2000 e têm como objetivo apresentar aos fornecedores de capital financeiro a forma de criação de valor das empresas, favorecendo as partes interessadas. A divulgação dos

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

relatórios integrados descreve-se, também, como sendo de carácter voluntário (Eccles, et al., 2015).

Atualmente, as empresas aprovam a importância da informação não financeira para a tomada de decisão dos *stakeholders*, com o intuito de impulsionar as organizações a tornarem-se mais sustentáveis, socialmente responsáveis e mais abrangentes (Romão, Cabrita, Castro e Ferreira, 2018).

Os relatórios de informação não financeira, apresentam vantagens consideráveis às empresas, mesmo sendo de carácter opcional, assim sendo, estes têm o intuito de proporcionar aos *stakeholders*, perspectivas racionais e consolidadas da atividade empresarial (Fernandes, 2019).

A preparação destes relatórios envolve um conjunto de elementos acerca de diferentes matérias tendo em consideração a sua relevância para as partes interessadas. Assim sendo, compete às organizações estabelecer que informação não financeira pode ser material, e por isso, deve ser objeto de divulgação (Reimsbach, et al. 2020).

Cada vez mais, os relatórios da informação não financeira têm vindo a complementar a questão da contabilidade *standard*, assim como os sistemas de medição de desempenho, como por exemplo, o *Balanced Scorecard* (Malek-Yonan, et al., 2016).

2.3.1 Relatórios de Sustentabilidade

Os relatórios de sustentabilidade assumem um importante papel no sentido de mostrar aos *stakeholders* a informação empresarial nos campos sociais, económicos, ambientais e de governação. Contudo, estes relatórios não distinguem entre os temas materiais para as empresas e os temas socialmente significativos, assumindo-se esta como uma barreira predominante (Eccles, et al., 2015).

A principal motivação da divulgação destes relatórios para as empresas institui-se com o facto do prestígio que lhes oferece e com a melhoria interna ao nível operacional e de gestão (Leocádio, 2017). Mas a informação divulgada nos relatórios de sustentabilidade, dificilmente se publica em circunstância de modelo de negócio ou de uma estratégia da organização, o que complica o pensamento dos investidores relativamente ao método de criação de valor segundo Eccles e Serafim (2015).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Os relatórios de sustentabilidade caracterizam-se como um documento usado para medir e divulgar o nível de responsabilidade social e ambiental das empresas (Fernandes, 2019).

Estes relatórios têm origem nas exigências da sociedade, surgindo no início da década de 90, com o intuito de suprimir o crescimento da influência que os *stakeholders* praticam nas empresas para conquistarem um nível mais verdadeiro e adequado de informação (Domingues, 2021).

Nesta perspetiva, os relatórios de sustentabilidade assumem uma relevância crescente, contudo, em Portugal, tal como na maior parte dos países europeus, estes relatórios consideram-se como facultativos, dificultando a comparação de parâmetros para os *stakeholders* (Domingues, 2021).

No que diz respeito à criação destes relatórios de sustentabilidade as empresas podem optar por seguir as diretrizes emitidas pela GRI ou seguir as diferentes fases do processo de elaboração dos relatórios de sustentabilidade que a GRI propõe, representadas na tabela 7.

Tabela 7 - Princípios para o conteúdo do relatório

Princípios para a definição do conteúdo do relatório	
Inclusão dos <i>stakeholders</i>	A empresa indica os seus <i>stakeholders</i> e clarifica no relatório as normas que considerou para ajustar às suas necessidades.
Contexto da Sustentabilidade	O relatório deve caracterizar a atividade da empresa no domínio da sustentabilidade.
Materialidade	O relatório deve enquadrar os efeitos económicos, ambientais e sociais ou as avaliações e decisões de <i>stakeholders</i> .
Compleitude	Os aspetos materiais revelados devem ser suficientemente amplos para que os <i>stakeholders</i> possam avaliar o desempenho da empresa durante aquele período.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Princípios para assegurar a qualidade do relatório	
Equilíbrio	O relatório deve conter perspetivas positivas e negativas acerca da empresa, a fim do seu parecer ser mais equilibrado.
Comparabilidade	O relatório deve divulgar informações de modo criterioso para que os <i>stakeholders</i> contraponham o desempenho da empresa em diferentes períodos ou em relação a outras empresas.
Exatidão	O relatório deve envolver a divulgação de informações pormenorizadas e determinadas.
Tempestividade	O relatório deve oferecer informações a tempo de permitir que os <i>stakeholders</i> tomem as suas decisões comprovadas.
Clareza	O relatório deve comportar informações claras e perceptíveis a todos os <i>stakeholders</i> .
Confiabilidade	Antes da divulgação do relatório, a empresa deve agregar, mencionar, explorar e divulgar informações para que seja possível uma revisão competente.

Fonte: elaboração própria adaptado de G4 (2013: 16-18)

Desde que se começou a viver uma era de constante evolução, que a sociedade procura outra qualidade na informação divulgada pelas organizações, uma vez que o cumprimento das obrigações legais se tornou manifestamente insuficiente.

2.3.2 Relatórios Integrados

Os Relatórios Integrados (RI) emergiram devido às várias mudanças ocorridas nos últimos anos com os relatórios de gestão, cruzando a informação financeira com a informação não financeira, com o objetivo de assegurar a comparabilidade de empresas (Lourenço, 2017).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

Os utilizadores dos relatórios integrados reconhecem-se como investidores e fornecedores de capital, em virtude destes relatórios refletirem uma melhoria dos relatórios anuais. Mas, ao contrário dos relatórios anuais, os relatórios integrados têm uma perspetiva a médio e longo prazo e diferenciam-se também pela análise do processo de criação de valor (Leocádio, 2017).

Os RI comprometem-se na resolução dos problemas que os relatórios tradicionais não conseguem solucionar, tais como: - a carência de correspondência entre os distintos relatórios; - reagir às dificuldades dos *stakeholders*; - identificar de modo mais rigoroso a informação relevante e não relevante; e - expor uma visão macro e mais apropriada da organização (Ribeiro, 2019).

Os RI espelham o mais recente formato de relato, aparecendo em dezembro de 2009 através de um encontro entre *Financial Accounting Standards Board* (FASB), IASB e ONU convocado pela A4S e o GRI. Estes relatórios têm como objetivo explicar, de forma sucinta, o caminho para uma empresa atingir vários tipos de capital para gerar retornos sustentáveis a longo prazo (Cerbone, Maroun, 2020).

Tabela 8 - Benefícios dos RI para as organizações

Benefícios dos RI	Descrição
1. Liderança e visão estratégica	O relatório proporciona uma visão integrada dos objetivos estratégicos da organização que se relacionam com a capacidade para criar e manter o valor no tempo, e com os recursos financeiros e outros recursos dos quais a organização depende.
2. Orientação para o futuro	Devido a este enfoque pode-se observar como a organização está a curto, médio e longo prazo, os planos, e os facilitadores e barreiras críticas que pode encontrar no caminho.
3. Conexão da informação	O relatório integrado dará a conhecer de forma simples a relação existente entre os componentes do seu modelo de negócio, os fatores externos que o afetam, e os recursos financeiros e outros aspetos chave da empresa.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

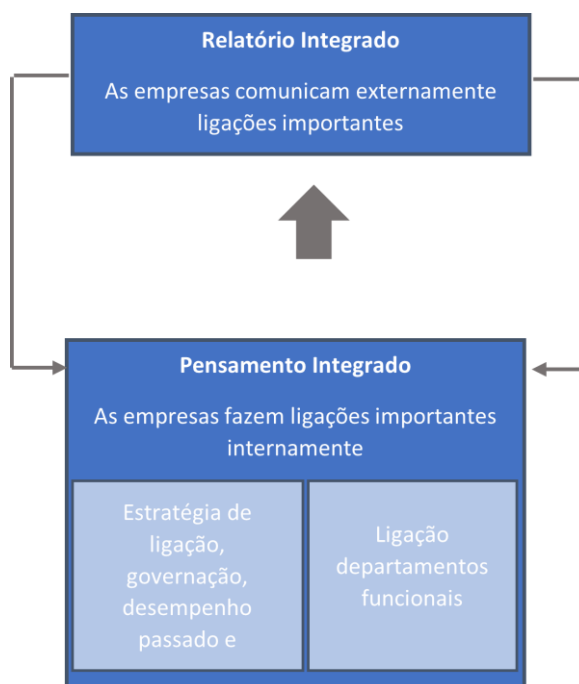
4. Informação concisa, completa e focalizada	O relatório oferece informação clara e fiável que é relevante para avaliar a sua capacidade para criar e manter o valor ao longo do tempo.
5. Maior confiança dos stakeholders	Num contexto como o atual marcado pela incerteza e acesso restrito a fontes de informação, assume-se mais importante do que nunca gerar confiança para os grupos de interesse da sua empresa.

Fonte: elaboração própria adaptado de PwC o relatório integrado (2012)

O conteúdo destes relatórios varia entre as organizações, por exemplo a interpretação e aplicação do enquadramento do IIRC divergem no caso de temas como, a análise estratégica, a avaliação e gestão de risco, mesmo sendo considerados pelo IIRC temas de grande relevância, não são abordados com o mesmo pormenor nos relatórios pelas empresas (Cerbone, Maroun, 2020).

O RI corresponde a uma análise inovadora dos relatórios de gestão, garantido vários benefícios para as organizações conforme a tabela 8.

Figura 16 - Relação entre o RI e o pensamento integrado



Fonte: adaptado de IIRC (2013)

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

O principal objetivo do RI consiste em promover o pensamento integrado e a tomada de decisões, tendo como foco a criação de valor para os *stakeholders*, de forma sustentável. Neste sentido, o pensamento integrado caracteriza-se, segundo o IIRC (2013, p. 33), pela “consideração ativa feita por uma organização dos relacionamentos entre as várias operações e as unidades funcionais e o capital que a organização usa ou afeta.”

Assim, entende-se que existe uma relação entre o RI e o pensamento integrado, apesar dos conceitos diferirem, como aparece na figura 16. Ao passo que o RI reflete o processo, o pensamento integrado reflete o resultado desse processo (Ribeiro, 2019).

Com as sucessivas mudanças das últimas décadas, em relação aos relatórios de informação não financeira e com a intenção da informação empresarial produzir outro destaque na sociedade atual, a União Europeia (UE) legislou para fazer face a algumas omissões presentes nos relatórios, publicando, assim a diretiva 2014/95/UE de 22 de outubro de 2014, a qual se destaca a seguir.

2.4 Diretiva 2014/95/UE de 22 de outubro de 2014

A Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014 veio alterar a Diretiva 2013/34/UE que se relaciona com a divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por partes de certas grandes empresas e grupos. Deste modo, esta Diretiva aplica-se a grandes empresas conhecidas como Entidades de Interesse Público¹ (EIP), que excedam os 500 colaboradores², com a exceção das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) (Directive, E.U., 2014).

Na legislação de alguns países, como a França, Reino Unido, Suécia, Dinamarca, Espanha, Países Baixos e Finlândia, já existia a tendência para a divulgação voluntária de aspetos não financeiros, sendo considerado o sistema europeu o mais vulnerável nestas

¹ As EIP encontram-se definidas na Lei 148/2015 de 9 de setembro.

² A Diretiva 2014/95/UE, estipula no seu ponto (14), que empresas que disponham de mais de 500 trabalhadores dicam obrigadas à apresentação de uma demonstração não financeira, apesar disso, os Estados-Membros podem solicitar a divulgação de informação não financeira a outras empresas não estipuladas na Diretiva.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

questões. Com o intuito de combater a falta destas matérias, introduziu-se, a Diretiva 2014/95/UE (Caputo, Leopizzi, Pizzi e Milone, 2019).

Para alcançar um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a qualidade de vida dos europeus, a Comissão Europeia preparou uma nova forma de aumentar a transparência dos mercados financeiros, através de princípios éticos e sustentáveis (Caputo, Pizzi, Ligorio e Leopizzi, 2021).

A Diretiva Europeia tem como principal objetivo disponibilizar às partes interessadas uma classe idêntica de transparência entre países da UE, melhorando a segurança em desenvolvimentos empresariais mais sustentáveis. Nesta perspetiva, esta Diretiva não pressupõe regras rigorosas e detalhadas para a divulgação, englobando uma abordagem mínima do impacto das demonstrações não financeiras (Aureli, Magnaghi e Salavatori, 2018).

Os primeiros cinco anos após a divulgação desta Diretiva, caracterizaram-se pelo ceticismo dos empresários e também dos académicos (Caputo, et al., 2021). Contudo, a implementação da Diretiva 2014/95/UE pode considerar-se um marco no que respeita à divulgação de informação não financeira, englobando tópicos de carácter ambiental, social, direitos humanos, combate à corrupção e às tentativas de suborno como consta da tabela 9 (Georgiana-Loredana, 2018).

Tabela 9 - Temas incluídos na demonstração não financeira

Temas da demonstração não financeira	Descrição
Ambientais	Conter pormenores relativos aos impactos atuais e previsíveis das atividades das empresas o ambiente, e se adequado, na saúde e na segurança, na utilização de energias renováveis e/ou não renováveis, nas emissões de gases com efeito de estufa, na utilização da água e na poluição atmosférica.
Sociais	Englobar ações realizadas para garantir a igualdade entre os géneros, à aplicação das principais convenções da Organização Internacional do

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

	Trabalho, às condições de trabalho, ao diálogo social, ao respeito pelo direito dos trabalhadores à informação e à consulta, ao respeito pelos direitos sindicais, à saúde e à segurança no trabalho, ao diálogo com as comunidades locais, e/ou às ações realizadas com vista a assegurar a proteção e o desenvolvimento dessas comunidades.
Direitos Humanos	Incluir informações relativas à prevenção da violação dos direitos humanos e/ ou aos instrumentos utilizados no combate à corrupção e ao suborno.
Combate à corrupção e às tentativas de suborno	

Fonte: elaboração própria adaptado do ponto (7) da Diretiva 2014/95/UE de 22 de outubro

Para atender às questões da tabela 9, o n.º 1 do artigo 19.º-A da Diretiva 2014/95/UE, sugere que as empresas devem divulgar, no seu relatório de gestão ou num relatório separado, uma demonstração não financeira, que integre:

- (a) Uma breve descrição do modelo empresarial da empresa;
- (b) Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados;
- (c) Os resultados dessas políticas;
- (d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios, e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;
- (e) Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.

Ainda que o desenvolvimento desta Diretiva permita um impacto estratégico bastante vantajoso, na divulgação da informação não financeira, continuam a existir várias desigualdades entre países, uma vez que se verifica a falta de um critério universal (Muserra, Papa e Grimaldi, 2020).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Em Portugal, a Diretiva 2014/95/UE, foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, entrando em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017.

Os estudos relativos a esta temática da divulgação das demonstrações não financeiras têm vindo a aumentar desde a publicação da Diretiva 2014/95/UE. O impacto da Diretiva acentuou-se de forma variada nos diferentes países, uma vez que permaneceu a carência de esclarecimento de conceitos, levando a diferenças entre parâmetros reportados (Aureli et al., 2018).

A Roménia, tornou-se no país da Europa, antes da entrada em vigor da Diretiva, que mais divulgava temas sociais e ambientais. Neste ponto de vista, com a admissão da Diretiva 2014/95/UE, as empresas romenas ampliaram, ainda mais, o seu reporte em vários temas considerados materiais (Tiron-Tudor, Nistor, Ștefănescu, e Zanellato, 2019).

No que diz respeito à Polónia, antes da entrada em vigor da Diretiva, apenas algumas empresas reportavam matérias de cariz não financeiro, sendo que, recentemente, estenderam-se para 300 as empresas sujeitas à preparação obrigatória de relatórios não financeiros (Krawczyk, P. 2019).

Em países como a Itália, a Alemanha e a Hungria, a implementação da Diretiva 2014/95/UE, conduziu a um impacto crescente ao longo dos anos, uma vez que vários estudos, no geral, comprovaram que a informação reportada, mostrou-se mais transparente, resultando assim na transição de modelos empresariais mais sustentáveis (Mion e Loza Adauí, 2019; Raucci e Tarquinio, 2020; Tarquinio, Posadas e Pedicone, 2020; Lippai-Makra, Kovács e Kiss, 2022).

Apesar do aparecimento desta diretiva, em Portugal, ter sido um grande incentivo para a divulgação de informação não financeira, comparativamente com outros países, continua ainda em desvantagem, até porque Portugal permanece um dos países europeus que menos reporta estas informações (Silva e Conde, 2022).

3 A MATERIALIDADE NAS MAIORES PMES PORTUGUESAS

Este estudo tem como principal objetivo a análise da materialidade na informação não financeira nas 100 maiores PMEs portuguesas, de forma a desenvolver os fatores que influenciam o nível de divulgação da informação não financeira.

Deste modo, estabeleceu-se o contacto, através de correio eletrónico e das redes sociais, com as primeiras 100 empresas que compõem o ranking das 1000 maiores Pequenas e Médias Empresas portuguesas publicado na revista EXAME de fevereiro de 2020, conforme o anexo 2, sendo que colaboraram neste questionário com as suas respostas, 36 empresas.

3.1 Metodologia

A metodologia a ser desenvolvida na dissertação incluirá uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa e interpretativa das práticas empresariais divulgadas.

Este estudo começou pela revisão da literatura, utilizando como suporte, artigos científicos, académicos, profissionais, capítulos de livros, comunicações em congressos internacionais, teses de doutoramento e dissertações de mestrado.

Deste modo, este estudo decorre através de um questionário enviado às primeiras 100 empresas que compõem o ranking de 2018, das 1000 maiores Pequenas e Médias Empresas portuguesas, presente na revista EXAME de fevereiro de 2020, tal como já mencionado anteriormente (Lopes, 2020). Este questionário foi encaminhado por e-mail pela primeira vez no dia 22 de fevereiro de 2022, sendo um processo que demorou sensivelmente 6 meses, e depois de vários contactos tanto telefónicos como através das redes sociais conseguiram-se 36 respostas dos 100 inquéritos enviados, o que corresponde a 36% de respostas.

De forma a facilitar o tempo de resposta consideraram-se apenas questões de resposta simples e rápida com o intuito de obter o maior número de respostas possíveis.

A estrutura do questionário teve por base outros estudos realizados por Santos, *et al.* (2006), (Stolowy e Paugam, 2018) e (Slacik e Greiling, 2019), e depois de várias

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

modificações e ajustes à realidade da amostra inquirida, apresentou-se o questionário que se encontra no anexo 1.

Relativamente à questão dos temas materialmente relevantes para cada empresa seguiram-se como exemplo os autores citados na tabela 10, como se apresenta:

Tabela 10 - Autores utilizados na formulação da questão dos temas materialmente relevantes

Temas materialmente relevantes	Autores
Relacionamento com as partes interessadas	(Slacik & Greiling, 2019)
Estratégia de sustentabilidade	(Mio, 2019) (Karagiannis, Vouros & Skouloudis, 2019) (Stolowy & Paugam, 2018)
Impacto ambiental	(Karagiannis, Vouros & Skouloudis, 2019) (Slacik & Greiling, 2019)
Gestão de risco	(Slacik & Greiling, 2019)
Desempenho económico	(Stolowy & Paugam, 2018) (Slacik & Greiling, 2019) (Karagiannis, Vouros & Skouloudis, 2019)
Transparência nas práticas de gestão	(Slacik & Greiling, 2019)
Consideração dos clientes	(Mio, 2019) (Karagiannis, Vouros & Skouloudis, 2019)
Desenvolvimento profissional	(Ribeiro, 2019)
Criação de valor	(Stolowy & Paugam, 2018)
Produtividade do serviço	(Karagiannis, Vouros & Skouloudis, 2019)

Fonte: elaboração própria

Esta análise incidirá no estudo de múltiplos casos, através dos dados recolhidos por meio de um questionário acerca da informação não financeira, e de seguida será feita uma avaliação através de técnicas de estatística descritiva.

Para a concretização do objetivo geral deste estudo é importante materializar os seguintes objetivos específicos:

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

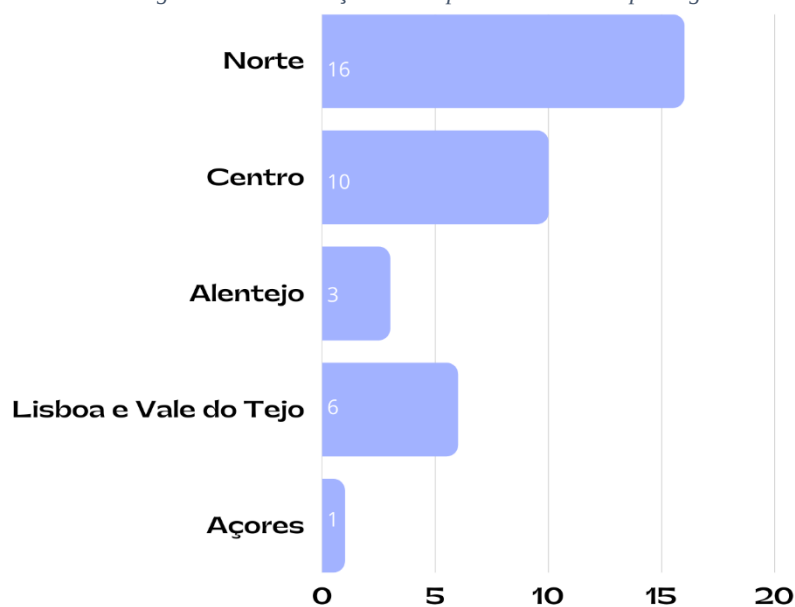
- Analisar o desempenho na divulgação de informação não financeira em relação às PME's portuguesas;
- Identificar a variedade dos temas abordados pelas PME's;
- Conhecer os fatores que condicionam as PME's a divulgar as suas práticas de informação não financeira;
- Determinar as práticas de sustentabilidade implementadas pelas PME's e avaliar a informação disponibilizada.

3.2 Caracterização da amostra

Para este estudo selecionou-se uma amostra das 100 primeiras PME's que constituem o ranking das 1000 maiores PME's portuguesas. Contudo, destas 100 empresas, obtiveram-se 36 respostas, tal como referido anteriormente.

Considerando a amostra da distribuição das empresas de acordo com a região, esta constitui-se na sua maioria por empresas da região Norte (16 empresas), seguida do Centro (10 empresas) e por Lisboa e Vale do Tejo (6 empresas). Sendo que as restantes empresas se distribuem pelo Alentejo (3 empresas) e pelos Açores (1 empresa) (figura 17).

Figura 17 - Distribuição das empresas da amostra por regiões

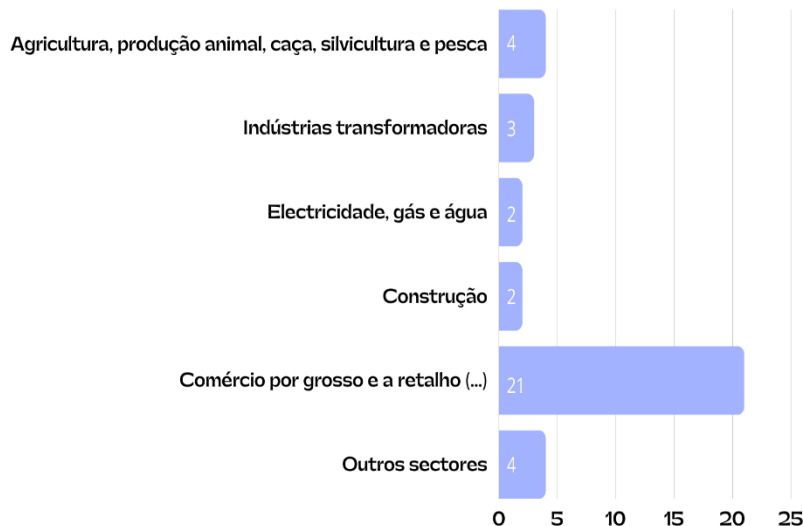


Fonte: elaboração própria adaptado Revista Exame fevereiro 2020

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

A amostra participante neste estudo considera-se diversificada no que concerne aos setores de atividade económica, sendo o setor com maior representatividade das PME's, o setor caracterizado como setor do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico representando mais de 50 % das PME's inquiridas (figura 18).

Figura 18 - Distribuição das empresas da amostra por setor

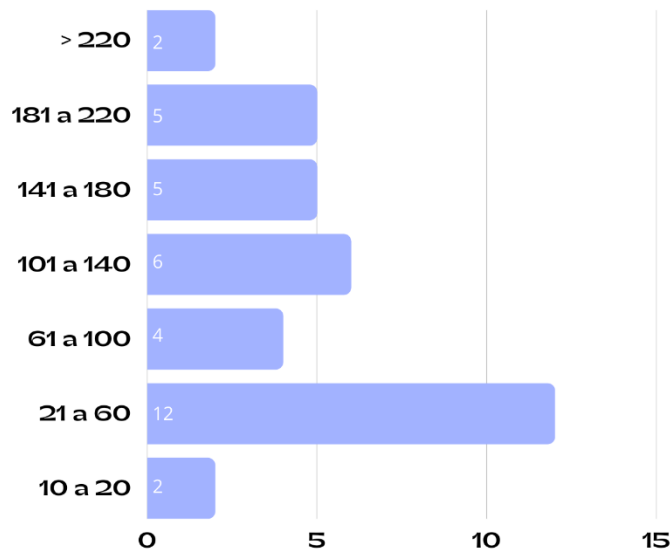


Fonte: elaboração própria adaptado Revista Exame fevereiro 2020

Quanto à dimensão das empresas participantes neste estudo, apresentam-se empresas com diferentes números de trabalhadores, sendo que a maioria das empresas se insere no nível dos 21 a 60 trabalhadores, correspondendo a cerca de 33,33 % das inquiridas. Neste caso, apresentam-se na categoria PME – Pequena Empresa 11 empresas e na categoria Micro, Pequenas e Médias Empresas 25 empresas, não existindo qualquer empresa na categoria PME – Microempresa neste estudo (figura 19).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

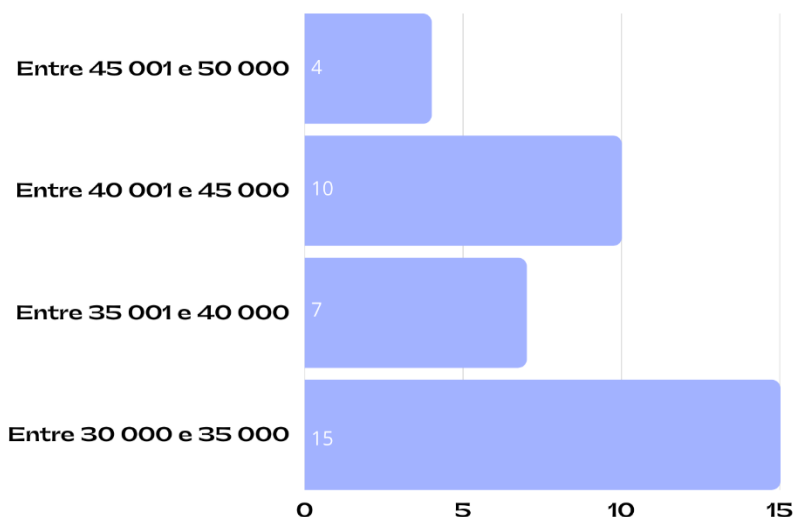
Figura 19 - Dimensão das empresas da amostra por número de trabalhadores



Fonte: elaboração própria adaptado Revista Exame fevereiro 2020

Relativamente ao impacto na economia das empresas em estudo, o volume de negócios ascende até 49.145 euros, sendo que o intervalo onde pertencem a maior parte das empresas possui um volume de negócios entre os 30.000 e 35.000 euros, o que se traduz em aproximadamente 41,6(6) % das empresas em análise (figura 20).

Figura 20 - Dimensão das empresas da amostra por volume de negócios



Fonte: elaboração própria adaptado Revista Exame fevereiro 2020

3.3 Resultados Obtidos

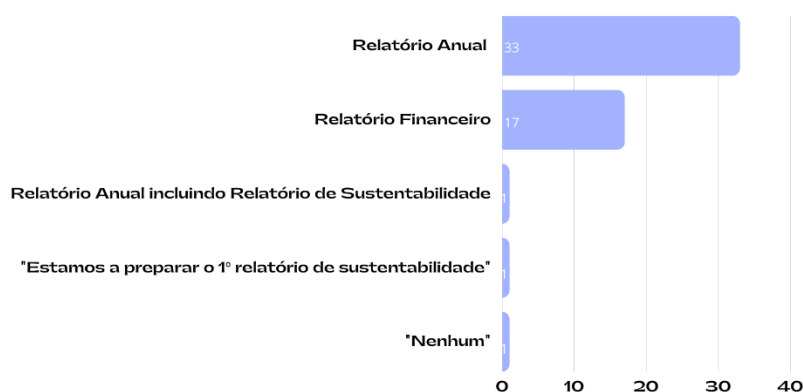
Neste capítulo apresentam-se os resultados obtidos em função da recolha pela aplicação do inquérito acerca da materialidade na informação não financeira das PME's da amostra.

A primeira questão colocada pretende averiguar qual(is) o(s) relatório(s) que as empresas divulgam com o intuito de perceber, se as PME's portuguesas apresentam relatórios de informação não financeira. Esta resposta delineou-se como questão de escolha múltipla em que o inquirido poderia selecionar mais do que uma opção.

A resposta predominante espelha o Relatório Anual como o mais divulgado pelas empresas analisadas, seguido pelo Relatório Financeiro e por último aparece o Relatório Anual incluindo o Relatório de Sustentabilidade divulgado por uma PME. Houve também uma resposta livre em que uma das inquiridas afirmou estar a preparar o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade e uma outra que respondeu não publicar nenhum relatório (figura 21).

Figura 21 - Quais os relatórios que a empresa publica?

N.º de respostas: 36



Fonte: elaboração própria.

Em relação à questão sobre que tipo de modelo utilizam nos relatórios divulgados pelas empresas (figura 22), a grande maioria das inquiridas (80,56 %) respondeu que não seguem nenhum modelo em específico, seguindo-se 11,11 % que responderam seguir outro modelo. Dos modelos evidenciados, os que obtiveram menos respostas foram os modelos internacionais tanto da GRI como do IIRC (5,56 % e 2,76 % respetivamente).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Figura 22 - Relativamente aos relatórios, estes seguem que tipo de modelo?

N.º de respostas: 36



Fonte: elaboração própria.

Na questão sobre que temas as empresas consideram como materialmente relevantes, os aspetos que as empresas mais valorizam, dizem respeito ao desempenho económico (30 respostas), à consideração dos clientes (28 respostas) e à transparência nas práticas de gestão (24 respostas). A estratégia de sustentabilidade (16 respostas) e o impacto ambiental (16 respostas) são os aspetos menos valorizados (figura 23).

Figura 23 - Classifique quais os temas materialmente relevantes para a empresa.

N.º de respostas: 36



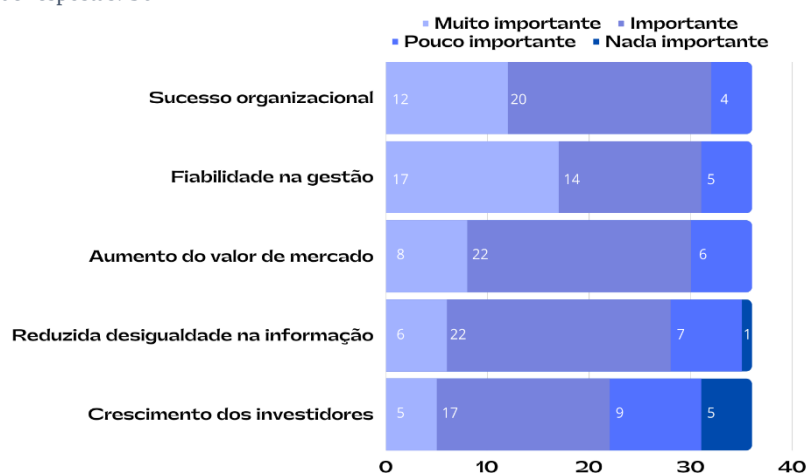
Fonte: elaboração própria

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Relativamente às vantagens na divulgação da informação não financeira, verificou-se que a grande maioria avalia como “muito importante” a fiabilidade na gestão contando com 17 respostas, seguindo-se o sucesso organizacional representado por 12 respostas, e consideram como “importante” a reduzida desigualdade na informação, o aumento do valor de mercado, que obtiveram ambos 22 respostas, seguindo-se o sucesso organizacional com 20 respostas (figura 24).

Figura 24 - Classifique as principais vantagens na divulgação da informação não financeira.

N.º de respostas: 36



Fonte: elaboração própria

Entre as tendências que representam os elementos que constam dos relatórios divulgados pelas empresas (figura 25), aparecem a visão geral da organização e ambiente externo (26 respostas), o desempenho (18 respostas) e os riscos e oportunidades (17 respostas). Os elementos com menor expressão que constam dos relatórios divulgados pelas empresas participantes incluem as bases de preparação e apresentação (6 respostas) e *governance* (3 respostas). Nesta resposta as empresas inquiridas podiam selecionar mais do que uma opção, sendo esta uma resposta de escolha múltipla.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Figura 25 - Dos seguintes elementos, quais os que constam dos relatórios da sua empresa?

N.º de respostas: 36



Fonte: elaboração própria

3.4 Discussão de resultados

O propósito desta secção implica interpretar e discutir os resultados apresentados na secção anterior, e subsequentemente relacionar os resultados obtidos com a literatura revista. Considerando os objetivos propostos, apresentam-se os efeitos dos resultados auferidos, bem como a ligação e a compatibilidade com outros estudos.

A análise ao estudo do questionário, relevou que o relato da informação não financeira não é um compromisso público das empresas inquiridas. Na figura 21 observa-se que uma das PME's inquiridas afirmou estar "a preparar o 1.º relatório de sustentabilidade" e outra PME afirma incluir no seu relatório anual o relatório de sustentabilidade, o que equivale, apenas a 5,5(5) % da amostra a divulgar informação não financeira nos seus relatórios.

Após a análise da figura 22, entende-se que apenas duas empresas seguem de forma superficial, modelos internacionais nos seus relatórios, sendo que uma delas segue o modelo internacional IIRC e a outra segue o modelo internacional GRI, uma vez que as empresas na sua maioria não divulgam relatórios não financeiros, têm por hábito não seguirem nenhum modelo em específico.

De facto, a fraca pontuação ou a baixa relevância atribuída às variáveis da estratégia de sustentabilidade e do impacto ambiental (figura 23), distancia as empresas do desempenho ambiental, associando os objetivos financeiros como prioritários nas empresas inquiridas. Comparando com o estudo de Santos, *et al.* (2006), este mostrou

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

também um défice nestas questões, assumindo-se o tema da gestão do impacto ambiental um domínio pouco divulgado.

Quanto às vantagens da divulgação de informação não financeira, a figura 24 revela que as inquiridas consideram importante o aumento do valor de mercado e a reduzida desigualdade na informação, o que pode significar que as PME's entendem que o tema da informação não financeira pode ser importante na criação de valor, mas não têm definido um plano para integrar a RSE na estratégia de negócio.

Ao analisarmos os elementos que constam dos relatórios das empresas (figura 25), pode-se destacar que as PME's portuguesas, apesar de não divulgarem informação não financeira, reconhecem algumas práticas ocasionais, não estruturadas nem integradas na divulgação destes relatórios. Dos temas que as PME's consideram mais relevantes destaca-se a visão geral da organização e ambiente externo.

A análise efetuada evidencia que as empresas não adotam práticas de relato de informação não financeira, através das respostas obtidas entende-se que as PME's inquiridas praticam ações não estruturadas, verificando-se ainda um grande desconhecimento acerca deste tema, tal como Correia (2013), que destacou que as ações relativamente à matéria de RSE nas PME's se inserem pontualmente em pequenas práticas incluídas na estratégia das empresas. O mesmo autor avaliou este tema como pouco explorado, apesar de conseguir notar um esforço por parte das empresas para zelarem pelas suas relações com os clientes e fornecedores.

Através das respostas ao inquérito entende-se que predominam nas ações empresariais medidas que não estão integradas na estratégia da empresa e por norma referem-se a relações com os clientes, com os fornecedores, com a comunidade local e alguns princípios éticos e ambientais. Isto vai de encontro com outros autores como Monte e Batista (2016), que refletiram no seu estudo que as PME's ainda não englobam um nível elevado de aplicações de Responsabilidade Social, mas destacaram que as empresas estão mais responsáveis, direta ou indiretamente nas relações com as partes interessadas aparecendo também uma mudança de pensamento por parte dos empresários.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Importa destacar neste trabalho, os estudos de Santos, et al. (2006), Correia (2013) e Monte e Batista (2016), uma vez que se focam em PME's portuguesas, mas já se materializam diversos estudos em Portugal, acerca da Responsabilidade Social Empresarial e o seu envolvimento nas empresas.

Por último, conclui-se que de alguma forma as PME's parecem fazer um esforço para estarem atualizadas em relação à matéria da informação não financeira, integrando, cada vez mais, as suas preocupações nas atividades empresariais, apesar de a grande maioria das PME's inquiridas, neste estudo, não indicarem a presença de um compromisso público com as práticas empresariais responsáveis. A comparar com o estudo de Santos *et al.* (2006) concluiu-se que as práticas da RSE não estão ainda perspetivadas nas PME's, o que faz com que estas condutas se encontrem desenquadradas da estratégia global da organização. Contudo, entende-se que apesar da pouca prática de relato, as PME's começam a desenvolver atitudes mais responsáveis para com a sociedade e o ambiente, ou seja, a materialidade da informação não financeira começou a ser mais debatida.

CONCLUSÃO

Neste capítulo evidenciam-se as principais conclusões da dissertação numa análise global, apresentando-se também as limitações do presente estudo e sugestões para investigações futuras.

O tema da materialidade na informação não financeira caracteriza-se por ser o principal desafio nos assuntos sociais e ambientais, que mais interessam aos empresários e aos *stakeholders*. O foco crescente na divulgação da Responsabilidade Social leva as empresas a decidirem o que consideram mais relevante e o que devem comunicar.

Assim, num mundo em constante evolução, tornou-se cada vez mais importante, o papel ativo das empresas no relato de informação de carácter ambiental, apesar da oferta de informações sustentáveis ainda não ser considerável. A RSE começou progressivamente a ser vista como uma vantagem competitiva, orientando a evolução de aspetos económicos, sociais e ambientais.

Inicialmente, as empresas acreditavam que a sua única obrigação económica e legal era o objetivo de atingir o lucro. Mas, nas últimas décadas esta ideia tem vindo a reajustar-se em detrimento da relação das empresas com a comunidade.

A nível europeu, as práticas de RSE encontram-se extremamente presentes nas organizações e a necessidade de divulgação de informação não financeira está bem definida através da publicação de relatórios de sustentabilidade ou relatórios integrados.

Comparativamente com o caso de Portugal, este é um tema ainda em desenvolvimento, uma vez que não existe qualquer obrigatoriedade por lei para a produção de relatórios de informação não financeira.

As PME's representam um importante pilar da economia portuguesa, já que o tecido empresarial é maioritariamente composto por estas. Para estas empresas, o tema da Responsabilidade Social simboliza uma vontade de sobrevivência ajustada em ideias éticas e morais que justificam o seu compromisso. Como estas empresas não dispõem de tempo suficiente, de pessoal com conhecimento nestas matérias e nem de recursos financeiros, estas preferem investir a sua atenção nos seus trabalhadores para atingirem resultados mais imediatos.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Depois de avaliadas e analisadas as respostas concedidas pelas inquiridas, assiste-se a uma carência na divulgação de informação não financeira nas PME's em diferentes perspetivas, apesar das devidas reservas em relação à amostra, o que consequentemente torna difícil o estudo da materialidade da referida informação. Importa sublinhar que apesar de a grande maioria dos pequenos negócios não relatar a Responsabilidade Social, esta aparece presente em ações “sob a forma de códigos de conduta, códigos sociais, códigos de ética e boas práticas” como refere Faria (2015).

Atualmente, são inúmeras as vantagens que as organizações podem auferir com o empreendimento de estilos socialmente responsáveis, como por exemplo, aumentar futuramente o potencial do negócio, o reconhecimento por parte dos *stakeholders*, a oportunidade de investigação e o desenvolvimento da inovação.

Durante a realização deste estudo encontraram-se diversas dificuldades, o que gerou limitações, como é o caso da revisão da literatura, já que este tema envolve uma vasta diversidade de artigos, o que torna difícil a eleição de informação relevante. O mesmo não acontece com os estudos realizados no contexto português, o que se explica com o facto da materialidade na informação não financeira ser um tema bastante recente e as empresas não comunicarem os seus comportamentos.

Outro constrangimento na realização desta dissertação, envolve o número reduzido da dimensão da amostra utilizada, dado que uma amostra reduzida suscita dúvidas quanto à representatividade da realidade.

Por sua vez, a falta de disponibilidade por parte dos inquiridos para o preenchimento do questionário e o desconhecimento do tema por parte dos mesmos, poderá levantar dúvidas quanto à fiabilidade e garantia das respostas apresentadas, particularmente respostas aleatórias ou falsas.

Depois deste trabalho finalizado, pode-se propor novas orientações para investigações futuras, sugerindo-se, assim, a análise da divulgação da materialidade na informação não financeira por parte de outros países comparativamente com Portugal. Outro estudo interessante a propor seria o de apurar detalhadamente este tema por meio de entrevistas presenciais às PME's que apresentem mais práticas de informação não financeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aureli, S., Magnaghi, E. & Salvatori, F. (2018). The transposition of the non-financial reporting directive in the UK, France and Italy.
- Baumüller, J. & Sopp, K. (2021). Double materiality and the shift from non-financial to European sustainability reporting: review, outlook and implications. *Journal of Applied Accounting Research*.
- Caputo, F., Pizzi, S., Ligorio, L. & Leopizzi, R. (2021). Enhancing environmental information transparency through corporate social responsibility reporting regulation. *Business Strategy and the Environment*, 30(8), 3470-3484.
- Carroll, A. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of management review*, 4(4), 497-505.
- Carroll, A. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & society*, 38(3), 268-295.
- Carroll, A. (2015). Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. *Organizational dynamics*.
- Cerbone, D. & Maroun, W. (2020). Materiality in an integrated reporting setting: Insights using an institutional logics framework. *The British Accounting Review*, 52(3), 100876.
- Clanchy, J. & Ballard, B. (2000). *Como escrever ensaios: um guia para estudantes*. Lisboa: Temas & Debates.
- Clarkson, M.B.E. (1995) A Stakeholder Framework for Analyzing and Evaluating Corporate Social Performance. *Academy of Management Review*, 20, 92-117.
- Correia, A. (2013). *A responsabilidade social e as PME: as práticas de RSE das microempresas* (Tese de Doutoramento).

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

- Dahlsrud, A. (2008). How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. *Corporate social responsibility and environmental management*, 15(1), 1-13.
- Directive, E. U. (2014). Directive on disclosure of non-financial and diversity information by certain large companies. European Commission, Brussels, Belgium.
- Domingues, I. (2021). *Orientações para o Relato integrado e o seu cumprimento: Uma análise aos relatórios integrados em Portugal* (Dissertação de Mestrado).
- Donaldson, T. & Preston, L. E. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65–91.
- Drucker, P. (1984). Converting social problems into business opportunities: The new meaning of corporate social responsibility. *California Management Review* (pre-1986), 26(000002), 53.
- Eccles, R. G. & Serafeim, G. (2015), "Corporate and Integrated Reporting: A Functional Perspective", in Mohrman, S., O'Toole, J. e Lawler, E., *Corporate Stewardship: Organizing for Sustainable Effectiveness*, Sheffield, UK: Greenleaf Publishing, pp. 156- 173.
- Eccles, R. G. & Spiesshofer, B. (2015). Integrated reporting for a re-imagined capitalism. *Harvard Business School General Management Unit Working Paper*, (16-032).
- Edgley, C. (2014). A genealogy of accounting materiality. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(3), 255-271.
- Europeias, C. D. C. (2001). Livro verde. *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*.
- Faria, M. (2015). *Responsabilidade social empresarial: relato e análise económica e financeira*. Vida Economica Editorial.
- Fernandes, D. (2019). *Informação financeira e não financeira* (Dissertação de Mestrado).
- Freeman, R. (1984) *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Pitman, Boston.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

- Frishkoff, P. (1970). An empirical investigation of the concept of materiality in accounting. *Journal of Accounting Research*, 116-129.
- Garcia, R. (2019). *Responsabilidade social e o seu impacto nas empresas* (Dissertação de Mestrado).
- Georgiana-Loredana, F. (2018). Legal or Discretionary CSR: The Directive 2014/95/EU Analysis. *Ovidius University Annals, Economic Sciences Series*, 18(1), 17-21.
- Global Reporting Initiative* (GRI). (2006). Diretrizes para relatório de sustentabilidade. Versão, 3, 2000-2006.
- Global Reporting Initiative* (GRI) (2016), GRI 101: Fundação 2016, GRI, Amsterdão.
- GRI (2022). *Global Reporting Initiative*. <https://www.globalreporting.org> acedido em 4 de maio de 2022.
- IIRC (2011). *Towards Integrated Reporting Communicating Value in the 21st Century*.
- IIRC (2013). *The International <IR> Framework. The International Integrated Reporting Council*.
- IIRC (2021). <IR> FRAMEWORK About the IIRC. *Jo, January*, 58.
- IIRC (2022). *International Integrated Reporting Council*. <https://www.integratedreporting.org> acedido em 18 de abril de 2022.
- ISO (2022). *International Organization for Standardization*. <https://www.iso.org/home.html> acedido em 29 de março de 2022.
- Izquierdo, R. & Vicedo, J. (2009). La Responsabilidad Social Empresarial en un contexto de crisis. Repercusión en las Sociedades Cooperativas. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, (65), 7-31.
- Karagiannis, I., Vouros, P., Skouloudis, A. & Evangelinos, K. (2019). Sustainability reporting, materiality, and accountability assessment in the airport industry. *Business Strategy and the Environment*, 28(7), 1370-1405.
- Khan, M., Serafeim, G. & Yoon, A. (2016). Corporate sustainability: First evidence on materiality. *The accounting review*, 91(6), 1697-1724.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

- Krawczyk, P. (2019). CSR reporting standards: Implementation in Polish enterprises. *Journal of Eastern Europe Research in Business and Economics*, 2019, 1-9.
- Leocádio, M. (2017). Relato Integrado em Portugal.
- Lippai-Makra, E., Kovács, Z. & Kiss, G. (2022). The non-financial reporting practices of Hungarian listed public interest entities considering the 2014/95/EU Directive. *Journal of Applied Accounting Research*.
- Lopes, L. (2020). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Previsão do Progresso de Portugal no Cumprimento da Agenda 2030* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa).
- Lourenço, H. (2017). A divulgação de informações não financeiras no âmbito da Diretiva 2014/95/UE: o atual grau de cumprimento das empresas cotadas em Portugal.
- Malek-Yonan, R., Bakhtiar, M. & Rafsanjani, M. (2016). Analytical study on the importance of non-financial information in company reporting. *Management*, 3, 1.
- Martinho, S. (2021). *A agenda 2030 e o assistencialismo das Instituições Particulares De Solidariedade Social - o caso do Grupo Espírita Bатуíra em Portugal - análise das práticas de assistencialismo das IPSS e das ASS em articulação com os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 da ONU* (Dissertação de Mestrado).
- Matos, F. (2021). *O relato da informação não financeira pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa: uma abordagem aos objetivos de desenvolvimento sustentável* (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Portugal).
- Mio, C. & Fasan, M. 2013. Materiality from financial towards non-financial reporting, *Working Paper n. 19/2013*, Università Ca' Foscari Venezia.
- Mion, G. & Loza Adauí, C. (2019). Mandatory nonfinancial disclosure and its consequences on the sustainability reporting quality of Italian and German companies. *Sustainability*, 11(17), 4612.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

- Monte, A. & Batista, H. (2016). Responsabilidade social empresarial nas pequenas e médias empresas do norte de Portugal. *Actas del XVII Encuentro AECA (online)*.
- Muserra, A. L., Papa, M. & Grimaldi, F. (2020). Sustainable development and the European Union policy on non-financial information: An Italian empirical analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(1), 22-31.
- OECD (2022). *Organization for Economic Co-operation and Development*. <<https://www.oecd.org>> acedido em 11 de maio de 2022.
- Pantani, D. (2010). *De quem é a responsabilidade?: a estratégia de responsabilidade social empresarial no âmbito das políticas públicas ambientais brasileiras* (Dissertação de Mestrado, FEUC).
- Pereira, I. (2016). *A Responsabilidade Social das Empresas e o seu impacto* (Dissertação de Mestrado).
- Pordata (2022). *Pequenas e Médias Empresas: total e por dimensão*. [PORDATA - Pequenas e médias empresas: total e por dimensão](#) acedido em 1 de setembro de 2022.
- Pordata (2022). *Pequenas e Médias Empresas: total e por setor de atividade económica*. [PORDATA - Pequenas e médias empresas: total e por sector de actividade económica](#) acedido em 29 de agosto de 2022.
- Porter, T. (2008). Managerial applications of corporate social responsibility and systems thinking for achieving sustainability outcomes. *Systems Research and Behavioral Science: The Official Journal of the International Federation for Systems Research*, 25(3), 397-411.
- Raucci, D. & Tarquinio, L. (2020). Sustainability performance indicators and non-financial information reporting. Evidence from the Italian case. *Administrative Sciences*, 10(1), 13.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

- Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003 (2003/361/CE). Jornal Oficial da União Europeia. [Recomendacao-da-Comissao-2003-361-CE.pdf.aspx](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:2003L0361&from=do) (iapmei.pt) acedido em 3 de abril de 2022.
- Reimsbach, D., Schiemann, F., Hahn, R. & Schmiedchen, E. (2020). In the eyes of the beholder: Experimental evidence on the contested nature of materiality in sustainability reporting. *Organization & Environment*, 33(4), 624-651.
- Ribeiro, D. (2019). *A relevância da informação não financeira: estudo de caso Brisa* (Dissertação de Mestrado).
- Romão, A., Cabrita, I., Castro, A. & Ferreira, A. (2018). A divulgação de informação não financeira nas empresas portuguesas. *XVIII Encuentro Internacional de AECA, Lisboa*, 20-21.
- Santamaria, R., Paolone, F., Cucari, N. & Dezi, L. (2021). Non-financial strategy disclosure and environmental, social and governance score: Insight from a configurational approach. *Business Strategy and the Environment*, 30(4), 1993-2007.
- Santos, M., Santos, M., Pereira, E., & Silva, J. (2006). *Responsabilidade social nas PME – Casos em Portugal* (1a ed.). Lisboa: RH Editora.
- Schmiedchen, E. (2018). *The materiality of non-financial information—evidence from the interaction of firms and capital market participants with the special focus on the chemical sector* (Doctoral dissertation, Staats-und Universitätsbibliothek Hamburg Carl von Ossietzky).
- Silva, G., & Conde, F. (2022). A Prestação de Informação Não Financeira-O Efeito da Diretiva Europeia 2014/95/EU nas Empresas Cotadas na Euronext Lisbon. In IX Jornada Internacional AECA sobre Valoración, Financiación y Gestión de Riesgos: Actas IX Jornada Internacional-Cuenca 2022 (p. 15). Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas, AECA.
- Silva, E. (2022). *Relatório não financeiro*. Revista Contabilista 268, pp. 29-31.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs

- Slacik, J. & Greiling, D. (2019). Compliance with materiality in G4-sustainability reports by electric utilities. *International Journal of Energy Sector Management*.
- Sobral, S., Passos, C. & Ribeiro, C. (2021). Responsabilidade social das organizações: uma revisão aos principais modelos. *Gestão e Desenvolvimento*, (29), 261-290.
- Sousa, Gonçalo V. e. (1998). Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos. 1ª ed. Porto: Civilização Editora.
- Stolowy, H. & Paugam, L. (2018). The expansion of non-financial reporting: an exploratory study. *Accounting and Business Research*, 48(5), 525-548.
- Suchman, M. (1995), “Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches”, *Academy of Management Review*, 20 (3), pp. 571-610.
- Tarquino, L., Posadas, S. C. & Pedicone, D. (2020). Scoring nonfinancial information reporting in Italian listed companies: a comparison of before and after the legislative decree 254/2016. *Sustainability*, 12(10), 4158.
- Tiron-Tudor, A., Nistor, C., Ștefănescu, C. & Zanellato, G. (2019). ENCOMPASSING NON-FINANCIAL REPORTING IN A COERCIVE FRAMEWORK FOR ENHANCING SOCIAL RESPONSIBILITY: ROMANIAN LISTED COMPANIES'CASE. *Amfiteatru Economic*, 21(52), 590-606.
- UNGLOBALCOMPACT (2022). *United Nations Global Compact*. <https://www.unglobalcompact.org> acedido em 6 de maio de 2022.
- United Nations (2022). <https://www.un.org/en/> acedido em 23 de abril de 2022.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

ANEXOS

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

ANEXO 1

Questionário às práticas de materialidade na informação não financeira das PME's

O presente questionário é anónimo e confidencial e tem como objetivo a identificação das práticas divulgadas nos relatórios não financeiros, de modo a perceber o que é considerado material para as PME portuguesas.

Quais os relatórios que a empresa publica?

- a) Relatório Anual
- b) Relatório Financeiro
- c) Relatório Anual incluindo Relatório de Sustentabilidade
- d) Relatório de Sustentabilidade
- e) Relatório de Desenvolvimento Sustentável
- f) Relatório *Global Reporting Initiative* (GRI)
- g) Relatório de Responsabilidade Corporativa
- h) Relatório de Responsabilidade
- i) Relatório Integrado
- j) Outra opção

2. Relativamente aos relatórios da informação não financeira, estes seguem que tipo de modelo?

- a) Modelo internacional GRI
- b) Modelo internacional IIRC
- c) Outro modelo
- d) Nenhum modelo específico
- e) Outra opção

3. Classifique quais os temas materialmente relevantes para a empresa.

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

	Alta relevância	Média relevância	Baixa relevância	Sem relevância
Relacionamento com as partes interessadas				
Estratégia de sustentabilidade				
Impacto ambiental				
Gestão de risco				
Desempenho económico				
Transparência nas práticas de gestão				
Consideração dos clientes				
Desenvolvimento profissional				
Criação de valor				
Produtividade do serviço				

4. Classifique as principais vantagens na divulgação da informação não financeira.

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Sucesso organizacional				
Fiabilidade na gestão				
Aumento do valor de mercado				
Reduzida desigualdade na informação				
Crescimento de investidores				

5. Dos seguintes elementos, quais os que constam dos relatórios da sua empresa.

- a) Visão geral da organização e ambiente externo
- b) *Governance*
- c) Modelo de negócio
- d) Riscos e oportunidades
- e) Estratégia e alocação de recursos
- f) Desempenho
- g) Perspetivas
- h) Bases de preparação e apresentação

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

ANEXO 2

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Ranking

001 - 071

Rank 2018	Rank 2017	Empresa	Sede	Sector	Negócios	Cresc. negócios (%)	Resultado líquido	Ativo	Capital próprio	Ret. capital próprio (%)	Passivo	Solva- bilidade (%)	Líquido geral (%)	Endividamento (%)	VAB	Produ- tividade	N.º de empre- gados
1	4	SREI - EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES, LDA	AL	Agro-indústria	49 897	-5,35	601	15 624	6 335	9,48	9288	68,20	1,37	59,45	850		0
2	18	JORGE BATISTA - RECICLAGEM DE METAIS, LDA	N	Construção	46 195	1,80	1308	29 860	11 326	11,53	18534	61,11	1,12	62,07	5 289	171	31
3	11	R.V.O. - RECICLAGEM - VALORIZAÇÃO OURENSE, LDA	M	Comércio por grosso	49 145	5,72	706	19 334	6 953	10,15	12380	56,16	1,91	64,03	2 928	79	37
4	7	GDA - GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO AUTOMÓVEL, S.A.	C	Produtos farmacêuticos	49 991	12,68	2 076	13 497	5 406	38,41	8091	66,81	1,65	59,95	2 770	69	40
5	20	TEIXEIRA & MARTINS, AUTOMÓVEIS, LDA	AÇ	Agro-indústria	48 147	-0,39	340	6 068	1750	19,41	4318	40,52	1,54	71,17	431	9	50
6		HARDLEVEL - ENERGIAS RENOVÁVEIS, S.A.	N	Química	47 897	4,38	1128	9 845	4 211	26,80	5634	74,73	1,67	57,23	2 266	84	27
7		SMM - SOCIEDADE DE MONTAGENS METALMECÂNICAS, S.A.	AML	Produtos farmacêuticos	47 579	13,15	-1655	34 112	2 452	-67,50	31660	7,74	1,01	92,81	4 850	48	102
8	77	RTS ATLANTIC - VIAGENS E TURISMO, S.A.	AL	Comércio por grosso	47 049	-9,15	93	4 923	-18	-515,79	4940	-0,37	0,96	100,37	445	74	6
9	36	SOLIFÉRIAS - OPERADORES TURÍSTICOS, S.A.	ALG	Serviços	46 702	-4,71	272	6 083	1 286	21,18	4796	26,82	0,96	78,85	1048	19	55
10	17	RIBASABORES - INDÚSTRIA DE CARNES, LDA	N	Textéis, Vestuário e Couro	46 610	0,21	1448	16 932	4 436	32,65	12495	35,50	1,80	73,80	4 630	39	119
11	3	BUCEFRUITA, LDA	ALG	Comércio de veículos automóveis	46 120	-2,42	339	22 627	1 822	18,60	20804	8,76	0,88	91,95	1198	50	24
12	16	LUSOCARCO - TRANSITÁRIOS, S.A.	C	Comércio por grosso	46 061	28,55	1465	19 458	2 984	49,12	16474	18,11	1,09	84,67	5 481	50	109
13	10	RAÇÕES ZÉZERE, S.A.	N	Textéis, Vestuário e Couro	45 686	15,90	2 165	22 923	18 328	11,81	4595	398,87	5,31	20,05	4 419	60	74
14	23	CARLOS MANUEL PASCOAL FARINHA, UNIPessoal, LDA	N	Comércio por grosso	45 463	4,53	689	4 327	2 480	27,79	1847	134,23	2,25	42,69	1 877	61	31
15	25	TRIPERO - SOC. DE PROD. E COMERCIALIZAÇÃO DE AVES, S.A.	AL	Agro-indústria	45 086	3,11	753	12 557	6 906	10,90	5650	122,21	1,19	45,00	5 251	26	202
16	42	FRIOBEL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A.	AML	Serviços	44 804	n.a.	1244	34 903	14 598	8,52	20305	78,89	1,16	58,18	5 101	32	180
17	43	MEATRAIDING, LDA	ALG	Comércio de veículos automóveis	44 721	2,23	493	13 663	1 401	35,21	12262	114,31	1,10	89,74	2 112	45	47
18	39	GEPOIL - SOCIEDADE GESTORA DE POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, S.A.	C	Metalomecânica e metalurgia de base	44 624	137,46	419	8 701	1 238	33,85	7463	16,58	0,59	85,78	2 194	30	73
19	52	JOSÉ TOMÁS DA CUNHA & FILHOS, LDA	N	Comércio por grosso	44 584	21,28	1 841	32 876	15 652	11,05	16223	102,64	1,83	49,35	3 708	39	94
20	12	PORMINHO ALIMENTAÇÃO, S.A.	C	Agro-indústria	44 297	-1,87	2 501	27 857	17 261	14,49	10596	162,89	2,02	38,04	8 669	35	247
21		HORTÊNCIO PEREIRA DA MOTA, LDA	N	Química	44 118	15,50	614	3 905	2 384	25,74	1521	156,65	1,58	38,96	1 176	10	114
22		COBELBA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, S.A.	AML	Comércio por grosso	43 991	-0,26	2 294	38 020	21 997	10,43	16022	137,29	2,65	42,14	8 975	37	241
23	45	V. LUCAS - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS, LDA	AML	Serviços	43 880	27,83	477	21 978	8 483	5,62	13495	62,86	1,01	61,40	3 391	41	83
24		EXPORPLAS - INDÚSTRIA DE EXPORTAÇÃO DE PLÁSTICOS, S.A.	C	Distribuição de combustíveis	43 773	-1,02	829	40 377	6 432	12,89	33944	18,95	0,84	84,07	7 867	76	104
25	59	MARABUTO - PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.	N	Textéis, Vestuário e Couro	43 360	13,03	369	11 184	2 191	16,82	8992	24,37	0,96	80,41	719	48	15
26	44	DANIPACK - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.	N	Comércio por grosso	43 297	-0,91	925	34 933	18 046	5,13	16886	106,87	1,97	48,34	6 994	31	226
27	21	GUI - COMBUSTÍVEIS GULHERMINOS, LDA	N	Construção	42 958	46,45	165	5 137	1 892	8,73	3245	58,29	5,96	63,88	831	24	34
28	35	BALBINO & FAUSTINO, LDA	AML	Distribuição alimentar	42 408	13,79	1073	13 561	2 463	43,61	11099	22,17	1,20	81,85	4 970	52	95
29	48	HORTÊNCIO PEREIRA DA MOTA, LDA	AL	Madeira, cortiça e móveis	42 260	12,97	221	31 099	29 014	0,76	2085	1391,00	10,90	6,71	2 678	27	100
30	22	LUSOCARCO (SUL) - TRANSITÁRIOS, LDA	AML	Comércio electro-electrónico	42 157	17,51	1 884	25 261	13 926	13,53	11335	122,85	2,52	44,87	7 586	61	124
31	76	T.S. - THOMAS DOS SANTOS, S.A.	N	Comércio por grosso	42 055	1,44	1108	13 807	3 909	28,34	9897	39,50	1,86	71,69	2 892	45	64
32		COBELBA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, S.A.	ALG	Distribuição alimentar	41 999	-4,26	2 071	21 212	2 191	94,52	19020	115,2	1,12	89,67	3 571	137	26
33	41	HORTAFINA - PRODUÇÃO HORTÍCOLA, LDA	C	Comércio por grosso	41 692	-1,81	2 284	21 073	15 259	14,97	5814	262,44	3,15	27,59	6 895	31	226
34	34	TEMPOMEDIA - AGÊNCIA DE MEIOS, PUBLICIDADE, S.A.	AML	Transportes e distribuição	41 529	7,28	121	20 322	10 256	1,18	10066	101,89	1,47	49,53	2 136	9	329
35	292	BOLAMA SUPERMERCADOS, LDA	N	Textéis, Vestuário e Couro	41 361	-0,14	2 327	18 654	3 631	64,07	15022	24,17	1,22	80,83	4 830	99	49
36	79	MALAIQUAS - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, LDA	AML	Comércio por grosso	41 231	10,11	-16	7 626	1 911	-0,84	5714	33,45	1,26	74,93	307	34	9
37	29	SHAR, S.A.	N	Celulose e papel	41 077	16,83	1943	42 421	34 298	5,67	8123	422,22	3,35	19,15	8 724	42	206
38	94	OFM, S.A.	N	Serviços	40 317	11,18	344	3 871	1 682	20,48	2189	76,83	1,66	56,55	955	13	75
39	449	FÁBRICA DE PAPEL E CARTÃO DA ZARRINHA, S.A.	N	Agro-indústria	39 606	-0,94	15 014	24 405	19 570	76,72	4835	404,73	4,41	19,81	22 741	201	193
40		STREETFUELS - GESTÃO E SERVIÇOS, LDA	N	Transportes e distribuição	39 395	5,70	204	442	255	79,90	186	136,41	2,36	42,30	286	57	5
41	86	CRISTEXTIL - CONFECÇÃO, LDA	C	Celulose e papel	39 104	13,44	1 474	13 951	4 579	32,19	9371	48,86	1,11	67,18	5 840	33	175
42	63	BDPORT - HEALTHY ANIMAL, LDA	AML	Comércio por grosso	39 042	-6,71	2 457	36 634	16 646	16,78	21988	66,61	0,77	60,02	7 634	43	179
43		CONFECÇÕES FERNANDES & MIRANDA, LDA	N	Textéis, Vestuário e Couro	38 702	-3,23	1 756	33 424	17 907	9,81	15517	115,40	1,62	46,43	5 568	76	73
44	75	ZÉZERO - PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AVÍCOLA DO ZÉZERE, S.A.	AML	Comércio por grosso	38 508	44,73	572	7 946	2 484	23,04	5462	45,46	1,30	68,75	1 719	16	109
45	61	MOVITER - EQUIPAMENTOS, S.A.	ALG	Serviços	38 388	11,21	438	35 770	10 082	4,34	25687	39,25	1,07	71,81	4 351	52	84
46	57	DISTRAMAZOTE - DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, LDA	C	Agro-indústria	38 248	15,61	1 304	26 461	20 720	6,29	5740	360,93	4,06	21,70	5 068	32	159
47	65	DACSATLANTIC, S.A.	AML	Distribuição de combustíveis	37 682	15,00	1 707	33 180	21 517	7,93	11652	184,49	1,91	35,15	8 642	39	220
48	32	COELHO & DIAS, S.A.	AML	Comércio electro-electrónico	37 462	18,77	2	1 621	688	0,29	933	73,67	1,80	57,58	-94		0
49	69	VIEIRA DE CASTRO - PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.	C	Celulose e papel	37 236	108,81	877	25 576	18 503	5,32	9072	181,90	1,90	35,47	5 892	30	188
50	93	EURONOVIDADES E LACA - PRODUTOS PARA TABACARAS, LDA	N	Textéis, Vestuário e Couro	37 100	24,55	616	30 880	10 613	5,81	20266	52,37	0,98	65,63	2 955	42	71
51		ABÍLIO RODRIGUES PEIXOTO & FILHOS, S.A.	N	Textéis, Vestuário e Couro	36 946	-8,53	2 841	34 363	23 775	11,95	10588	224,54	2,17	30,81	11 003	196	56
52	92	OUTERINHO - TURISMO E INDÚSTRIA, S.A.	AML	Distribuição de combustíveis	36 874	16,65	5 281	34 380	25 423	20,86	9057	279,60	4,20	26,34	9 857	52	190
53	101	LUSICAL - COMPANHIA LUSITANA DE CAL, S.A.	AL	Comércio por grosso	36 811	10,81	679	27 171	7 258	9,36	19913	36,44	1,40	73,29	6 712	25	179
54	82	SEBASTIÃO & MARTINS, S.A.	C	Água, electricidade e gás	36 747	6,51	3 362	25 467	21 745	15,46	3721	584,34	5,29	14,61	4 974	90	55
55	56	SANITOP - MATERIAL SANITÁRIO, LDA	AML	Distribuição alimentar	36 597	9,96	693	7 769	2 917	23,77	4852	60,11	1,37	62,46	2 135	31	68
56		JOSÉ ANICETO & IRMÃO, LDA	C	Agro-indústria	36 405	43,75	2 624	32 648	22 685	11,57	9963	227,68	2,66	30,52	10 061	54	185
57	99	CAMPÃO & CA., SUCESSORES JOSÉ DIAS & DIAS, LDA	C	Distribuição de combustíveis	35 837	34,33	332	15 236	3 133	10,59	12083	25,93	1,30	79,41	2 913	31	95
58	113	PALSER - BIOENERGIA E PALETES, LDA	N	Comércio por grosso	35 819	-3,82	704	3 308	1 541	45,68	1787	87,18	1,55	53,42	1 146	29	39
59	71	CARDAN - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, REPRESENTAÇÕES, S.A.	N	Agro-indústria	35 416	6,67	268	3 761	1 530	17,53	2231	68,54	2,34	59,33	1 523	29	52
60	31	LUBRINADE - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DA MADEIRA, LDA	AL	Comércio por grosso	35 189	-9,83	112	10 690	914	12,22	9776	9,35	5,22	91,45	1 326	43	31
61	73	TABACOS MANROC, LDA	C	Distribuição de combustíveis	35 124	-6,57	49	4 685	641	7,64	4044	15,85	2,08	86,32	860	29	30
62	72	SILVEX - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E PAPEIS, S.A.	C	Construção	35 116	60,22	1 386	26 967	12 410	11,17	14556	85,25	1,24	53,98	9 167	39	234
63	55	TÊXTIL LUSOBERICA, LDA	C	Comércio por grosso	34 993	22,23	-195	10 162	2 828	-6,89	7334	38,56	1,27	72,17	831	38	22
64	129	MELDNER - SERVIÇO DE GESTÃO DE CAMIÕES E SAÚDE	N	Comércio por grosso	34 859	21,46	9 711	23 526	12 997	61,27	5828	141,47	0,88	41,25	15 527	101	153
65	95	INOUT FARMIA, LDA	C	Distribuição de combustíveis	34 631	14,36	596	10 669	3 913	15,23	6755	57,93	1,61	63,32	1 172	65	18
66	81	MADRE FRUTA - CENTRO DE VENDAS HORTOFRUTÍCOLAS, LDA	AL	Agro-indústria	34 591	14,76	20	12 920	2 744	0,73	10175	26,97	0,95	78,76	550	11	48
67	148	AUTOMÓVEIS DO MONDEGO, LDA	N	Comércio electro-electrónico	34 333	223,10	288	14 419	2 905	9,90	11513	25,23	1,03	79,85	2 511	22	114
68	53	ARNALDO - LOGS, SOLUÇÕES LOGÍSTICAS INTEGRADAS, S.A.	AML	Transportes e distribuição	33 832	-10,79	1 088	19 048	8 038	13,53	11009						

A materialidade na informação não financeira nas maiores PME's

Ranking

072 - 217

Rank 2018	Rank 2017	Empresa	Sede	Sector	Negócios	Cresc. negócios (%)	Resultado líquido	Ativo	Capital próprio	Ret. capital próprio (%)	Passivo	Solva- bilidade (%)	Liquidez geral (%)	Endividamento (%)	VAB	Produção	N.º de empregados
72	109	ANTÓNIO N. NORREGA II - IND. E COM. ALIMENTAR, S.A.	M	Química	32.848	5,72	1.316	27.710	18.572	7,08	9.137	203,24	2,21	32,98	5.409	38	142
73	127	PROPECUÁRIA - VETERINÁRIA E FARMACÉUTICA, LDA	C	Comércio por grosso	32.834	12,68	1.370	16.448	3.457	25,10	10.990	49,66	1,83	66,82	5.464	82	67
74	85	INSULAC - PRODUTOS LÁCTEOS ADOCEIRADOS, S.A.	AG	Serviços	32.834	-0,39	674	23.452	18.189	3,70	5.264	345,51	3,58	22,45	4.503	23	198
75	107	FREITAS & SILVA, S.A.	N	Distribuição de combustíveis	32.569	4,38	2.988	27.518	24.653	12,12	2.865	860,37	6,75	10,41	6.701	52	130
76	134	BIO 2 - REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, S.A.	AML	Comércio por grosso	32.432	13,15	708	11.824	2.983	23,75	8.840	33,74	1,72	74,77	3.017	62	49
77	62	TORRIBA - ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES DE HORTOFRUTICULAS, S.A.	AL	Serviços	32.421	-9,15	16	13.871	4.926	0,33	8.944	55,07	1,21	64,49	314	22	14
78	74	ELISEU CORREIA TRAVEL - VIAGENS E TURISMO, UNIPessoal, LDA	ALG	Comércio por grosso	32.379	-4,71	1.235	5.686	1.359	90,86	4.327	31,41	1,31	76,10	3.303	157	21
79	91	IBERSHOES - SERVIÇOS MARKETING, LDA	N	Metalomec. e metalurgia de base	32.344	0,21	727	8.348	3.466	20,98	4.881	71,00	1,65	58,48	1.551	119	13
80		FOMENTO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DO ALGARVE, LDA	ALG	Serviços	32.329	-2,42	108	18.305	2.168	4,98	16.136	13,44	1,01	88,15	240	3	87
81		BERNARDINOS & CARVALHO, S.A.	C	Comércio por grosso	32.194	28,55	1.441	30.183	6.468	20,92	23.295	29,57	1,31	77,18	2.579	117	22
82	145	VIPETRADE - COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA	N	Química	32.104	15,90	967	17.451	5.265	18,30	12.165	43,45	1,51	69,71	1.828	152	12
83	114	CENTRAL LOBÃO - FERRAMENTAS ELÉCTRICAS, S.A.	N	Comércio electro-electrónico	32.056	4,53	3.296	36.577	11.190	13,87	13.386	173,23	2,56	36,60	8.675	75	115
84		MENDES GONÇALVES, S.A.	AL	Agro-indústria	31.917	3,11	3.789	42.033	12.729	22,72	28.304	48,51	1,47	67,34	8.519	40	294
85		AMBIGROUP RESÍDUOS, S.A.	AML	Agro-indústria	31.869	n.a.	977	15.805	7.472	13,07	8.332	89,67	1,24	52,72	4.766	51	93
86	108	STARSUL - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	ALG	Têxteis, vestuário e couro	31.848	2,23	606	18.620	4.696	12,90	13.923	33,73	1,51	74,78	1.957	19	104
87	759	A.SILVAMATOS - ENERGIA, S.A.	C	Agro-indústria	31.815	137,46	1.527	42.271	11.414	13,38	30.796	37,06	1,14	72,96	5.343	35	151
88	168	FIGUEIRA, LDA	N	Comércio de veículos automóveis	31.804	21,28	2.106	14.452	9.858	21,37	4.594	214,57	1,88	31,79	4.674	70	67
89		COMAVE DO ZÉZERE - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AVES, S.A.	C	Construção	31.694	-1,87	179	7.875	4.771	3,76	3.097	154,22	1,74	39,34	3.181	19	184
90		VIZELPAS - FLEXIBLE FILMS, S.A.	N	Comércio por grosso	31.611	15,50	3.045	32.295	10.046	23,34	19.249	67,77	1,31	59,60	7.292	45	183
91	98	SOLBEL - SOCIEDADE DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.	AML	Têxteis, vestuário e couro	31.585	-0,26	1.607	36.943	30.038	5,35	6.905	435,02	2,26	18,69	3.886	84	46
92	199	INFORMATEM - INFORMÁTICA E MANUTENÇÃO, S.A.	AML	Celulose e papel	31.531	27,83	245	29.244	8.423	3,81	22.820	28,14	1,06	78,04	3.657	30	122
93	96	DPP - DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS, S.A.	C	Agro-indústria	31.434	-1,02	76	6.942	7.86	9,71	6.155	12,77	1,16	88,67	940	30	31
94	144	RODIRO - FÁBRICA DE CALÇADO, S.A.	N	Distribuição de combustíveis	31.407	13,03	1.000	16.838	5.332	18,75	11.506	46,34	1,19	68,33	4.781	27	177
95	105	FRANCISCO PEREIRA DE LIMA, LDA	N	Produtos farmacêuticos	31.158	-0,91	226	3.129	2.283	9,91	846	269,72	3,36	27,05	1.210	42	29
96	200	COSTA & CARREIRA, LDA	N	Distribuição de combustíveis	30.803	46,45	420	10.655	2.520	16,67	8.135	30,97	1,25	76,35	3.948	25	160
97	156	SUPERMERCADOS ROCHA, S.A.	AML	Distribuição alimentar	30.739	13,79	1.079	15.986	9.089	11,87	6.097	149,05	1,42	40,15	3.754	29	131
98	154	M.A. SILVA 3 - CONFITAS, S.A.	AL	Comércio por grosso	30.732	12,97	912	25.527	6.971	13,08	18.556	37,57	1,30	72,69	2.423	93	26
99	171	GMS - STORE, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA, S.A.	AML	Comércio de veículos automóveis	30.556	17,51	155	10.081	1.699	9,10	8.381	20,28	1,09	83,14	1.987	21	96
100	120	L.M.M. GONÇALVES, LDA	N	Agro-indústria	30.453	1,44	2.783	23.286	19.421	16,52	6.865	239,17	5,90	29,48	5.757	58	99
101	97	ALCIGARVE - DISTRIBUIDORA DE TABACOS E BEBIDAS, S.A.	ALG	Comércio por grosso	30.336	-4,26	170	4.701	1.783	9,55	2.918	61,09	2,34	62,08	629	20	31
102	112	IMPORTE - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A.	C	Comércio por grosso	30.252	-1,81	712	21.396	6.200	11,49	15.196	40,80	1,40	71,02	2.159	308	7
103	139	ALL WAYS CARGO PORTUGAL - TRANSITÁRIOS, S.A.	AML	Comércio por grosso	30.154	7,28	671	9.291	1.172	57,25	8.118	14,44	1,06	87,38	3.041	57	53
104	117	VALÉRIUS - TÊXTEIS, S.A.	N	Agro-indústria	30.152	-0,14	2.451	29.558	9.894	24,77	19.664	50,31	1,32	66,53	6.149	40	153
105	152	EPORIFRUTAS, S.A.	AML	Comércio por grosso	30.015	10,11	127	10.999	992	12,84	10.006	9,92	0,97	90,98	2.521	41	61
106	182	FINVEO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, S.A.	N	Têxteis, vestuário e couro	29.647	16,83	2.380	25.987	13.363	17,81	12.624	105,85	1,97	48,58	7.590	44	174
107	159	RIOMETAS - COMÉRCIO DE SUCATA, LDA	N	Química	29.837	11,18	1.031	7.710	6.098	16,91	18.72	378,28	4,49	20,91	2.427	121	20
108	116	SEARA, S.A.	N	Comércio de veículos automóveis	29.766	-0,94	436	16.823	14.383	3,03	2.440	589,41	4,15	14,51	4.947	23	215
109	140	PSL - NAVEGAÇÃO, S.A.	N	Comércio por grosso	29.655	5,70	-1.523	13.148	-903	n.a.	14.050	-6,43	0,84	106,87	-545	-545	1
110	170	TREVIPAPEL - TRANSFORMAÇÃO E CORTE DE PAPEL, S.A.	C	Comércio por grosso	29.502	13,44	310	31.532	7.126	4,36	24.405	29,20	1,36	77,40	3.994	28	142
111	103	ABRIPORC - COMÉRCIO E PRODUÇÃO DE SUÍNOS, S.A.	AML	Agro-indústria	29.449	-6,71	775	7.355	2.796	27,71	4.559	61,31	1,58	61,99	1.209	173	7
112	116	TRIFITROFA - COMÉRCIO DE FIOS E TÊCIDOS, LDA	N	Comércio por grosso	29.378	-3,23	4.014	24.119	13.225	30,35	10.893	121,40	2,84	45,17	5.408	193	28
113	317	SOCIEDADE DE VINHOS VITOMATOS II, S.A.	AML	Distribuição de combustíveis	29.190	44,73	334	16.814	6.365	5,23	10.428	61,23	1,46	62,02	2.361	29	81
114		PORTIMAR - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO, LDA	ALG	Comércio por grosso	29.136	11,21	52	5.250	785	6,60	4.454	17,85	1,26	84,86	1.029	25	41
115	193	LUGRADE - BACALHAU DE COIMBRA, S.A.	C	Agro-indústria	29.049	15,61	872	24.989	5.622	9,06	15.367	62,61	1,87	61,50	3.996	31	129
116	189	PETROCONDE - COMBUSTÍVEIS, LDA	AML	Têxteis, vestuário e couro	29.027	15,00	173	1.923	712	24,29	121	58,80	1,10	62,97	940	22	42
117	203	PERINO, LDA	AML	Têxteis, vestuário e couro	28.948	18,77	1.534	26.713	4.086	37,53	22.626	18,06	1,24	84,70	7.203	88	82
118	711	PAPER PRIME, S.A.	C	Têxteis, vestuário e couro	28.760	108,81	-120	36.707	10.160	-1,18	26.546	38,27	0,32	72,32	3.316	65	51
119	239	MALHAS SONIX, S.A.	N	Agro-indústria	28.740	24,55	5.047	22.882	18.647	27,06	4.235	440,25	3,48	18,51	10.361	43	243
120	106	RISATEL - SOCIEDADE COMERCIAL DE FIOS TÊXTEIS, LDA	N	Comércio por grosso	28.631	-8,53	333	22.514	6.829	4,88	15.684	43,54	1,45	69,67	1.482	67	22
121		POLOCOMBUSTÍVEIS, LDA	AML	Serviços	28.553	16,65	12	942	135	9,09	807	16,73	1,05	85,67	576	11	54
122	179	BORRIGO LEONOR & IRMÃO, S.A.	AL	Distribuição de combustíveis	28.431	10,81	226	16.895	5.709	3,96	11.185	51,04	1,77	66,21	1.616	41	39
123		ENFORCESCO, S.A.	C	Construção	28.425	6,51	21	4.924	34	61,60	4.889	0,70	0,86	99,30	-485	-54	9
124	174	SODIMALVEIRA - SUPERMERCADOS, LDA	AML	Serviços	28.425	9,96	910	7.430	3.836	23,72	3.594	106,72	2,43	48,37	3.913	20	193
125		LARGISPOT - PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.	C	Construção	28.203	43,75	1.200	36.308	7.569	15,85	28.739	26,34	0,85	79,15	2.748	15	180
126		P.D. - COMBUSTÍVEIS, UNIPessoal, LDA	C	Comércio por grosso	28.148	34,33	211	2.371	333	63,38	2.037	16,34	0,78	85,96	845	15	57
127	126	COMÉRCIO DE GADO FERREIRA & FERREIRA, LDA	N	Produtos farmacêuticos	28.139	-3,82	124	6.981	3.227	3,84	3.754	85,96	1,57	53,78	547	34	16
128	167	SOQUIMA - COMÉRCIO E INDÚSTRIA ALIMENTAR, S.A.	N	Comércio por grosso	28.071	6,67	190	31.845	8.337	2,28	23.508	35,46	0,79	73,82	4.599	28	166
129	110	OCEANIC, LDA	AL	Comércio a retalho	27.987	-9,83	232	6.987	2.164	10,74	4.822	44,88	1,21	69,02	2.709	34	60
130	122	GASCOMB - EMPRESA DE GASES E DERIVADOS DE PETRÓLEO, LDA	C	Serviços	27.954	-6,57	93	3.467	1.943	6,00	16,23	80,23	1,77	55,49	850	15	54
131		T.P.B. - TECNOLOGIA EM PAVIMENTOS E CONSTRUÇÃO, S.A.	C	Construção	27.867	60,22	1.420	20.226	8.609	16,49	11.616	74,11	1,62	57,44	7.334	50	146
132	251	PALEGOSSOS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PALETES E GESSO, S.A.	C	Química	27.769	22,23	1.798	16.075	11.129	17,75	5.946	170,33	2,52	36,99	4.951	50	100
133	248	ADELAIDE DE SOUSA FERREIRA, LDA	N	Construção	27.760	21,46	241	3.721	2.833	8,51	887	319,37	3,84	23,85	432	27	16
134	208	FRANCISCO LAIA NUNES, LDA	C	Produtos farmacêuticos	27.759	14,36	536	7.010	3.525	15,19	3.485	101,15	3,69	49,71	1.200	31	39
135	212	SAPIU CARNES, S.A.	AL	Têxteis, vestuário e couro	27.724	14,76	-481	13.988	-3.458	n.a.	17.445	-19,82	0,85	124,72	2.353	28	83
136		TRF 41 IFF - INIPPCSSOAL I DA	N	Têxteis, vestuário e couro	27.703	273,10	1.058	3.527	1.344	78,72	2.177	61,71	2,01	61,84	1.608	89	18
137	184	VISO DO TEMPO II - DISTRIBUIÇÃO, S.A.	AML	Comércio a retalho	27.678	8,73	3.774	17.470	11.613	32,93	6.007	190,83	2,68	34,38	5.320	31	178
138	142	DINORAÇÕES - SOCIEDADE PRODUTORA DE RAÇÕES, S.A.	C	Agro-indústria	27.638	-0,92	239	3.911	1.734	13,77	2.177	79,63	1,39	55,67	950	35	27
139	235																